



PROJETO DE REFORÇO DA CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA DAS COMUNIDADES VULNERÁVEIS DAS ZONAS COSTEIRAS DA GUINÉ-BISSAU AOS RISCOS CLIMÁTICOS (PROJETO COASTAL)

Atlas Project ID/Award ID number: 00095375
Atlas Output ID/Project ID number: 00099383
PNUD-GEF PIMS ID number: 4978

RELATORIO DE ACTIVIDADES DO SEGUNDO TRIMESTRE 2022



Fotos: COASTAL em Ação/ Proteção das bolanhas e Materiais de construção das Hortas

Coordenação da Unidade de Gestão (UGP) do Projeto COASTAL

P-COASTAL@Julho de 2022

RESUMO

Com base num exercício coletivo e com um forte cariz participativo e consultivo, foi realizada, ao longo do segundo trimestre de 2022, uma análise profunda sobre os problemas e necessidades urgente face as medidas de adaptação e resiliência das comunidades vulneráveis aos riscos climáticos. Por outro lado, em conjunto com a comunidade foram retiradas lições das experiências e aprendizagens passadas. Na mesma senda, através da identificação de atividades de intervenção prioritária, da definição de parcerias estratégicas e da maximização de recursos, realizou-se as missões de terreno, puramente técnica para planificar as ações futuras com a população beneficiária e principais organizações que atuam no setor ambiental.

A Unidade de Gestão do Projeto (UGP) Coastal e os Parceiros Técnicos de Implementação (IBAP, GPC, DGEDR, INPA e INEP), sob assistência e acompanhamento da Unidade do Planeta Sustentável do PNUD e do MAB, trabalharam com as comunidades e associações das mulheres e jovens para desenvolverem mecanismos de implementação eficientes com fito a solucionar os problemas apresentados pelos beneficiários durante as missões de terreno realizadas no primeiro trimestre. Nesta etapa, foram priorizadas as seguintes ações, a serem realizadas, como ações piloto, na Zona 3 de intervenção do Coastal (Mansoa, Cussana, Cussentche; Buba, Cufada, Gã Turé, Tebe e Ndjassana Balanta):

- Criação de condições para produção orizícola (recuperação de bolanhas abandonadas, construir diques adaptáveis às mudanças climáticas, numa área total, cerca de 351 hectares);
- Reabilitação e/ou construção de infraestruturas (pistas rurais de acesso ao mercado e pontes, em dois trocos: i) Cussana-Cussentche, 2 Km de pista rural e duas (2) pontes; e ii) Bubatumbo-Gã Turé-Tebe e Ndjassane Balanta, 22 Km de pista rural e duas (2) pontes;
- Criação de 10 hortas comunitárias de uma área aproximada de 1 hectare/horta e seu modelo de gestão, nas localidades de Cussana, Gã Turé, Ndjassane Balanta, Tebe, Djufungo, Edgim, Catão, Varela Madina, Ancadjedja e Caravela.
- Apoiar a legalização de Associações de Mulheres e Jovens;
- Viveiro florestal para efeitos de repovoamento, de 0,5 hectare na localidade da Área Protegida.

O exercício focalizou-se em: i) análise das propostas de estudos técnicos e de fiscalização para as obras de construção de pistas rurais e pontes e na engenharia social em torno de locais onde serão contruídas, para sua sustentabilidade; ii) observância de “ações previas” antes das obras; iii) estudos técnicos de ordenamento hidroagrícola das bolanhas na ZI3; iv) estudos socioeconómicos e socio antropológico e de viabilidades das intervenções, conduzidos pelo INEP; e v) estudos de impactos ambientais estratégicos e social, por AAAC; vi) Elaboração dos PDL e Quadro de Resiliências das Cidades de Mansoa, Bubaque, São Domingos e Cacine, por UN-HABITAT.

A estratégia foi de planificar e adequar as atividades de terreno ao momento atual de forma realista e exequível a luz da realidade costeira e, alinhadas com os principais resultados do Plano de Trabalho Anual 2022 (PTA2022) do Coastal.

ACRONOMOS E SIGLAS

AAAC	Autoridade de Avaliação Ambiental Competente
CDN	Contribuição Determinada a nível Nacional
COFIL	Comité de Pilotagem
DGCP	Direção Geral de Concursos Publico
DGEDR	Direção Geral da Engenharia e Desenvolvimento Rural
GPC	Gabinete de Planificação Costeira
HACT	Harmonized Approach to Cash Transfers
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
INA	Instituto Nacional do Ambiente
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa Agraria
LDCF	Last Developed Country Found
M&A	Seguimento e Avaliação
MAB	Ministério do Ambiente e Biodiversidade
MTR	Mid Term Review
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDL	Plano de Desenvolvimento Local
PNIEG	Nacional Gender Integration and Equity Plan
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTA	Plano de Trabalho Anual
SGP/GEF	Small Grant Program/ Global Environment Found
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SP	Sustainable Planet
TDR	Termos de Referências
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
ZI	Zona de Intervenção do Projeto

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOGRAFIAS	4
I – INTRODUÇÃO.....	5
II – ACTIVIDADES REALIZADAS.....	5
III – RELATORIO FINANCEIRO.....	25
IV – CONCLUSÕES	26
V – RECOMENDAÇÕES.....	26
ANEXO 1: PLANO DE AÇÃO DE SEGUIMENTO & AVALIAÇÃO 2022.....	27
ANEXO 2: PLANO DE AÇÃO DE COMUNICAÇÃO 2022	31
ANEXO 3: PLANO DE AÇÃO DE GENERO 2022	32
ANEXO 4: PLANTA DAS HORTAS COMUNITARIAS	40
ANEXO 5: PLANTA DO VIVEIRO FLORESTAL MULTIUSO.....	41
ANEXO 5: RELATORIO PROVISORIO DE ESTUDOS SOCIO-ANTROPOLOGICO E DE VIABILIDADE DAS INTERVENCOES DOS PARCEIROS DO PROJETO COASTAL	43

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Obras de construção de diques manualmente/Empresa ACAT SARL.....	8
Foto 2: Materiais para construção das hortas comunitárias /Empresa PERCOCIF.....	9
Foto 3: Planta do Viveiro Florestal Multiuso.....	10

I – INTRODUÇÃO

O Projeto do “Reforço de Capacidades de Adaptação e Resiliência das Comunidades das Zonas Costeiras Vulneráveis da Guiné-Bissau aos Riscos Climáticos (Projeto Coastal)”, representa um dos projetos importantes para a Guiné-Bissau em termos de soluções sustentáveis para o reforço da resiliência climática das comunidades costeiras, mas também para o reforço do planeamento a longo prazo na costa e no arquipélago dos Bijagós. Este projeto possui uma estratégia geral baseada em três vertentes e cada uma associada a uma componente.

1. O projeto reforçará políticas, regulamentações, instituições e indivíduos que tenham influência na saúde da zona costeira ou um mandato para administrá-la de diferentes maneiras. O objetivo dessas ações é reduzir os riscos das mudanças climáticas.

2. O projeto procurará reduzir a vulnerabilidade dos investimentos costeiros face aos riscos climáticos, através das duas modalidades complementares de intervenções de proteção costeira: (i) implementação de medidas de adaptação centradas em infraestruturas duras (ou seja, pilares, diques e outras estruturas costeiras essenciais do homem); e (ii) melhorar os serviços de adaptação do ecossistema (isto é, soluções “baseadas na natureza”).

3. O projeto reforçará a capacidade de adaptação das comunidades locais, melhorando e protegendo os meios de subsistência rurais dos impactos das mudanças climáticas na zona costeira. Isso implicará o foco no acesso ao financiamento (donativos), capacitação através de vulgarização e transferência de tecnologia.

Este relatório, apresenta atividades realizadas durante o segundo trimestre de 2022 e enquadra-se nas obrigações da Unidade de Gestão do Projeto de apresentar periodicamente o estado de implementação de actividades.

II – ACTIVIDADES REALIZADAS

Depois da fase de auscultações, levantamento das necessidades das comunidades das zonas de intervenção do Coastal, a UGP e Parceiros Chaves, passou para fase de ações no terreno junto das comunidades.

Eis algumas realizações relevantes durante o segundo trimestre de 2022:

1. Instalação das antenas nas 3 zonas de intervenção do projeto

Foram instaladas nas 3 zonas de intervenção (ZI) do Projeto Coastal (ZI1 - Bubaque; ZI2 - São Domingos e ZI3 - Buba), nas instalações do IBAP, os Oficiais de Ligação em Engajamento Comunitário e Género e Inserção Social (Antena).

2. Aquisição de 3 viaturas

Esta em curso o processo de aquisição de 3 viaturas para as Antenas do Projeto Coastal, através do Fundo Track do PNUD.

3. "Ações prévias"

Antes das obras de construções, a UGP deve observar algumas ações prévias, conforme os procedimentos e a Lei, nomeadamente:

- Elaboração dos TDRs;
- Organização de concursos públicos;
 - i. Obtenção de autorização da Direção Geral de Concursos Publico (DGCP) para realização de concurso restrito
 - ii. Lançamento de editais
 - iii. Avaliação das Propostas Técnicas e Financeiras
 - iv. Solicitação de vistos de conformidades dos procedimentos
 - v. Assinatura dos Contratos
 - vi. Desembolso de fundos

5. Estudos Técnicos de Ordenamento Hidroagrícola nas Bolanhas na ZI3.

O estudo técnico de ordenamento hidroagrícola nas bolanhas da ZI3 está a ser conduzido pelo Sr. APA PATRAO DA COSTA, Consultor Individual, nas tabancas de Ndjassana Balanta, Gã Turé e Tebe, numa área total, de aproximadamente, 351 hectares.

6. Estudos socioeconómico e socio antropológico de viabilidade das intervenções

A pedido da UGP Coastal, o INEP conduziu um estudo socioeconómico e de viabilidade das intervenções dos Parceiros, nas três zonas de intervenção do Projeto Coastal, com objetivo de avaliar o impacto social, económico e ambiental para todas as intervenções previstas no âmbito do Projeto Coastal; para procurar reconstruir a linha de base assim como permitir estabelecer os critérios de intervenções. O relatório preliminar já foi apresentado pelo INEP e se encontra na fase de consolidação (ver anexo).

7. Estudos de Impactos Ambientais Estratégicos e Sociais

A Empresa Biosfera-GB, sob a supervisão da Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), é responsável pelos estudos de Impactos Ambientais, Estratégicos e Sociais em dois troços na ZI3: 1) Mansoa, nas localidades de Cussana-Cussentche (pista rural de 2 km e 2 pontes); e 2) Buba, nas localidades de Bubatumbo-Gã Turé-Tebe e Ndjassana Balanta, (pista rural de 22 km e 2 pontes). As propostas técnica e financeira já foram apresentadas para aprovação e consequente pagamento para o arranque imediato de estudos.

8. Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local e Quadro de Resiliências

A UN-HABITAT foi contratado pelo PNUD no âmbito do Projeto Coastal para desenvolver os Planos de Desenvolvimento Local e Quadro de Resiliências, utilizando a ferramenta CityRAP, de 4 Cidades: ZI1- Bubaque; ZI2 - São Domingos; e ZI3 - Mansoa e Cacine. Os trabalhos já se encontram na fase final (Fase IV) e os relatórios serão apresentados dentro de em breve.

Paralelamente a esta iniciativa, os Oficiais de Ligação em Engajamento Comunitário, Género e Inserção Social (Antenas) estão a fazer levantamentos nas respetivas zonas de intervenção, com vista a elaboração do Planos de Desenvolvimento Local (PDL).

9. Pistas Rurais e Pontes

As obras de construção/reabilitação de pistas rurais e pontes, em 2 troços:

- (i) Cussana-Cussentche de 2 km de pista rural com 2 pontes de ligação entre as duas aldeias;
e
- (ii) Bubatumbo-Gã Turé-Tebé e Ndjassane Balanta de 22 km de pista rural e 2 pontes;

As referidas obras visam facilitar comunicação entre as aldeias, acesso aos mercados e deslocações das crianças para escola, ordenamento hidroagrícola, restauração de zonas húmidas (Lagoa de Cufada).

O processo destas intervenções encontra-se na fase de assinatura de contrato com o Gabinete de Estudos selecionado. Depois de estudos técnicos, que terá a duração de 20 dias, será recrutado a Empresa de construção para levar a cabo as obras.

10. Obras de Construção de Diques nas Bolanhas da ZI3

A Empresa ACAT SARL, responsável pela construção manual de diques, já iniciou os trabalhos dos diques de cintura, proteção, ante erosivo e de retenção, numa área de aproximadamente de 351 hectares, nas bolanhas de Tebe, Gã-Turé e Ndjassana Balanta. As obras terão a duração de 35 dias.



Foto 1: Obras de construção de diques manualmente/Empresa ACAT SARL

11. Construção de Hortas Comunitárias

A UGP programou a construção de 10 hortas comunitárias nas localidades de Cussana, Gã Turé, Ndjassana Balanta, Tebe, Djufungo, Edgim, Catão, Varela Madina, Ancadjedja e Caravela; numa área aproximada de 1 hectare/horta.

A Empresa Construtora PERCOCIF, responsável para construir hortas comunitárias de 1 hectare/cada, com a vedação, poço melhorado, depósito de 4 m³ da água, eletrobomba e quatro reservatórios de 1 m³ /cada, para a irrigação manual, já iniciou na ZI3, as obras de construção de 4 hortas comunitárias: 1 em Mansoa, na tabanca de Cussana; e 3 em Buba, nas tabancas de Tebe, Gã-Turé e Ndjassana Balanta.

As hortas comunitárias visam diminuir a vulnerabilidade das mulheres das zonas costeiras face aos riscos climáticos, melhorando as suas condições económicas e financeiras, aumentando as suas produtividades e rendas.



Foto 2: Materiais para construção das hortas comunitárias /Empresa PERCOCIF

12. Construção de Viveiro Florestal Multiuso, de 0,5 hectares

O viveiro florestal multiuso tem por finalidade de aumentar a produção de espécies nativas para implementar os programas de reflorestação, a cobertura vegetal natural através de criação de cinturas verdes, a proteção das zonas húmidas contra os processos erosivos e a sedimentação, e melhorar o rendimento económico das comunidades.

Esta iniciativa enquadra-se no estímulo e promoção do aumento da cobertura vegetal natural ao nível nacional como forma de contribuir para a implementação da CDN da Guiné-Bissau, Iniciativa de Bona, Iniciativa Mundial 20-30 e a Iniciativa Africana 20-63. Igualmente permitirá melhorar o conhecimento e a gestão das zonas húmidas.

A UGP já tem o projeto de arquitetura do viveiro elaborado (ver em anexo) e o caderno de encargos. De seguida será lançado o concurso público restrito para as Empresas de Construção Civil (ver anexo).

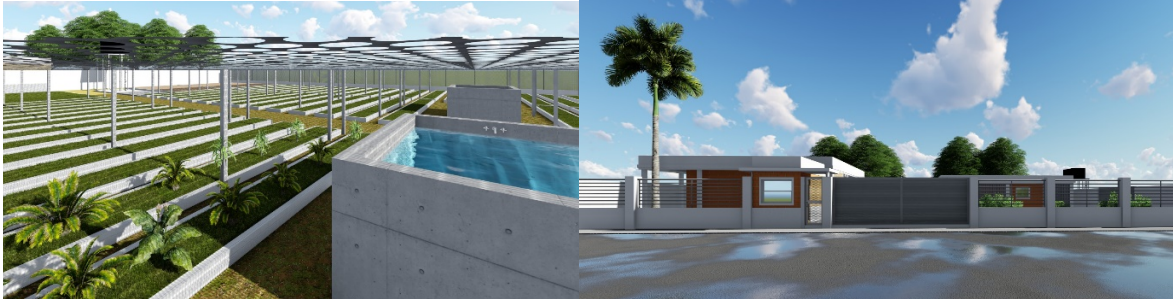


Foto 3: Planta do Viveiro Florestal Multiuso

13. Participação da UGP na missão MTR Coastal; 22 de Maio a 3 de Junho de 2022

No período de 22 de Maio a 3 de Junho de 2022, foi levado a cabo por uma equipa de Consultores Internacional e Nacional a missão de Avaliação a meio-percurso (MTR) do Projeto Coastal, conforme os procedimentos e as regras do PNUD/GEF.

A UGP, PNUD e MAB participaram nas missões do terreno realizadas nas três zonas de intervenção do Coastal, como observadores, para apoiar e orientar os Consultores.

Os objetivos da MTR são: 1. Avaliar os avanços para concretização dos objetivos do projeto conforme especificado no PRODOC; 2. Avaliar os primeiros sinais de sucesso ou fracasso do projeto com o objetivo de identificar as mudanças necessárias a serem feitas a fim de definir o projeto no caminho certo para alcançar os resultados pretendidos; e 3. Rever a estratégia do projeto e seus riscos a sustentabilidade.

A MTR foca na: 1. Eficácia, eficiência e pontualidade da implementação do projeto, 2. Destacam as questões que exigem decisões e ações; e 3. Apresenta lições aprendidas sobre o projeto, implementação e gestão do projeto.

Os Consultores já apresentaram o relatório preliminar da MTR que é objeto de análise para validação.

Eis as conclusões preliminares da MTR Coastal:

1.Relevância. A identificação do projeto avaliou adequadamente as ameaças ambientais e socioeconômicas do impacto das mudanças climáticas nas zonas costeiras da Guiné-Bissau enquanto a sua avaliação das capacidades locais se limitou às lacunas técnicas no desempenho da vigilância das áreas mencionadas. Assim, não percebeu as debilidades significativas de gestão financeira do Programa de Implementação parceiro e os fatores estruturais que limitam o engajamento da comunidade alvo ao desenvolvimento sustentável

2.Eficiência. A implementação do projeto enfrentou um sério retrocesso com a realização da auditoria HACT do MAB que revelou deficiências significativas nas suas capacidades

administrativas e financeiras. Como consequência, o PNUD adotou a modalidade de pagamento Diretoque exige a aprovação ex ante das despesas que implica um procedimento moroso.

3.*Eficiência.* A configuração da unidade do projeto não estabeleceu a estrutura operacional para a implementação das ações de campo como as fragilidades estruturais dos parceiros e beneficiários limitam a eficácia e o impacto das ações propostas. Estes requerem não só imobilização do conhecimento técnico para realizar a capacitação, aquisição de bens, serviços e obras, mas também o estabelecimento de uma abordagem de desenvolvimento local assente na participação e contribuição dos parceiros e beneficiários em atingir atividades propostas.

4.*Eficiência.* A execução orçamentária do novo plano de trabalho anual foi de pouco mais de 1% no final do primeiro trimestre de 2022 e pouco progresso foi feito desde então. Pode-se esperar que também quando os processos de licitação em andamento forem concluídos, o ritmo lento da execução continuará, pois, o lento progresso das atividades auxiliares e as baixas capacidades dos parceiros e beneficiários afetarão fortemente e condicionar o seu desempenho.

5. *Eficiência.* A demora na mobilização da perícia técnica é, em parte, a causa da identificação insuficiente das condições para o sucesso das ações propostas. De fato, o projeto não formalizou os critérios para a seleção de suas ações de campo.

6.*Eficiência.* A expertise mobilizada pela unidade do projeto não abrange todas as ações de campo propostas nas comunidades e também em caso demobilização de conhecimentos técnicos relevantes de curto prazo algumas das ações selecionadas poderiam superar suas capacidades.

7.*Eficiência.* A condução do projeto após a renovação da unidade de projeto tem sido mais eficaz, com a contratação do Chefe da Unidade de Planeta Sustentável do PNUD e sua comunicação direta com o diretor nacional do projeto. Sua comunicação regular facilitou a resolução de problemas operacionais. No entanto, essa abordagem direta não pode resolver o problema que está na raiz da obstáculos financeiros e administrativos ao desembolso dos fundos do projeto.

8.*Monitoramento.* O projeto elaborou um plano de monitoramento cuja implantação ainda está em fase inicial. Este plano está centrado em um genérico agendamento de visitas de campo e notificação de eventos que não estejam sistematicamente relacionados à coleta dos dados para o cálculo dos valores dos indicadores Logframe. Tal abordagem é insuficiente para fornecer informações objetivas sobre as realizações do projeto.

9. *Eficácia.* O atraso na conclusão dos estudos em andamento é um desafio para a execução do projeto. Embora não haja razão para alterar as ações selecionadas, suas especificações, ou seja, o conteúdo e a modalidade de sua execução devem ser verificados com base nos resultados dos estudos em curso e experiência de intervenções anteriores.

10.*Eficácia e sustentabilidade.* A recente criação do Instituto nacional do ambiente (INA) que se espera funcionar como executivo do MAB cria a oportunidade de reformulação da estratégia do projeto. O fortalecimento e operacionalização do INA tornou-se o ponto de encontro para a

melhoria da eficácia da ação do MAB e para a sustentabilidade dos resultados das operações de campo do próprio projeto.

11. *Género*. O projeto elaborou um plano de ação de género. Suas disposições ainda são muito genéricas, pois, para ser eficaz, essa ferramenta de trabalho deve ser integrada com o exercício de planejamento de desenvolvimento local em curso.

As recomendações da MTR, são:

1. *PNUD, MAB*. Revisar a estratégia do projeto para priorizar o fortalecimento das capacidades dos parceiros e beneficiários. A assistência ao MAB deve priorizar a capacitação do INA para viabilizar a gestão das operações no campo.

2. *MAB*. Concluir a configuração da unidade do projeto fortalecendo sua estratégia e capacidades de implantação de campo. Esta ação deve incluir a conclusão da aquisição dos veículos atribuídos às três antenas e o estabelecimento de sua base de campo e a implantação da modalidade de desenvolvimento local de atendimento às comunidades-alvo.

3. *UGP, Parceiros*. Completar os estudos e avaliações e usá-los juntamente com os resultados dos planos de desenvolvimento local que estão sendo formulados com a colaboração da ONU HABITAT para verificar a validade das atividades priorizadas em cada comunidade.

4. *MAB, UGP*. Revisar o planejamento e o monitoramento do projeto para alinhar os compromissos do projeto às suas capacidades para entregá-los ao longo dos atuais procedimentos financeiros e administrativos para evitar a interrupção da entrega das atividades planejadas. O desempenho das atividades de campo devem seguir uma abordagem progressiva com testes iniciais da metodologia de desenvolvimento local seguido de sua replicação em maior escala.

5. *PNUD*, unidade do projeto. Elaborar o plano de comunicação do projeto incluindo campanhas de conscientização que explicam o objetivo do projeto, escopo e atividades e materiais que orientam os beneficiários na compreensão do que podem esperar do projeto e como colaborar com isso.

6. *PNUD, MAB*. Considere a extensão sem custo da duração do projeto por 18 a 24 meses para possibilitar sua implementação sem problemas de acordo com os procedimentos financeiros e administrativos existentes e de acordo com uma abordagem de implantação progressiva das ações de campo.

7. *UGP*. Elaborar o plano de monitoramento do projeto em detalhes, atribuindo a tarefa de monitoramento e reporte a um especialista da unidade do projeto, provisoriamente, o especialista em SIG.

8. *PNUD, MAB*. Explorar a possibilidade de tornar as atividades de execução do IBAP um componente independente do projeto para acelerar suas atividades.

Eis as lições aprendidas:

1.*Enquadramento da estratégia.* Ao elaborar projetos que desenvolvam capacidades em todo o setor, realize uma avaliação institucional por meio de instituições centrais antes de elaborar os planos de capacitação.

2.*Desenvolvimento sustentável.* Projetar a abordagem de desenvolvimento local em sua totalidade ao lidar com comunidades vulneráveis para garantir que os beneficiários se tornem contribuintes ativos para as atividades do projeto e orientá-los ao longo de suas prioridades e capacidades na perspectiva da inclusão e sustentabilidade.

3.*Abordagem de planeamento.* Formular o planeamento do projeto em relação à sua estratégia, ou seja, enquadrando o planeamento tomando em consideração os elementos que garantem o desempenho das atividades do projeto. Na prática, a alta direção do projeto (por exemplo, o comité de direção) deve definir o escopo e a extensão do exercício de planeamento, avaliando os fatores que possibilitem sua efetiva execução.

14. Participação da UGP no retiro do Cluster Planeta Sustentável; 7 de Junho de 2022;

No passado dia 07 de Junho de 2022, o Cluster Planeta Sustentável do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), reunido em retiro e promoveu uma ampla reflexão sobre os desafios, as oportunidades existentes, a composição e funcionamento do Cluster, sua missão e visão – com enfoque na vinculação da abordagem portfólio e CPD para implementação e geração de resultados, a necessidade de reforço de sinergias internas entre Clusters e entre diferentes agências da ONU na Guiné-Bissau, sinergias externas com os diferentes atores locais (Instituições Governamentais, ONGs, OSC, grupos locais e demais atores), o desempenho dos projetos, particularmente do projeto COASTAL, os mecanismos de engajamento com a sociedade civil para aumentar a conscientização sobre questões ambientais, formas de garantir uma boa implementação, M&A apropriado para os novos projetos e resultados da pesquisa de pulso do PNUD. Promoveu igualmente uma reflexão sobre as responsabilidades e tarefas em meio a crise económica e social global, com o objetivo de compreender e definir melhor o posicionamento do Cluster SP dentro deste contexto.

O objetivo de retiro foi de refletir sobre as crises sociais e económicas globais e a forma como afetam a Guiné-Bissau, as mudanças climáticas, a biodiversidade e a energia renovável, a definição do posicionamento do SP Cluster neste contexto e caminhos a seguir.

A UGP Coastal tomou parte no evento e uma apresentação foi feita pelo Coordenador Nacional e Diretor Técnico do Coastal, Sr. João Lona Tchedná, sobre os objetivos do projeto, as áreas de intervenção, os beneficiários, desafios e impactos esperados; no processo de aprendizagem de

lições relativas as intervenções junto as comunidades, tipos de abordagem, parcerias locais, promoção de sinergias e complementaridades.

15. Missões de terreno da UGP

A UGP realizou várias missões conjuntas de terreno, para identificar, georreferenciar, dimensionar e cartografar as bolanhas, pontes e vias de acesso e hortas comunitárias na ZI3, nas localidades de Cussana/Cussentche, Tebe, Gã Turé e Ndjassana Balanta;

16. Concessão de Pequenas Subvenções

Os Termos de Referências (TDRs) já foram elaborados e Contrato com a SGP/GEF foi afirmado, para as seguintes actividades:

- a) Agroecologia inovadora e inteligente; e
- b) Promoção da inclusão social.

17. Plano de Comunicação e Cronograma de Actividades

- a) Criação da página Facebook do Projeto Coastal
- b) Maquete de materiais de comunicação do Coastal

18. Plano de Ação de Seguimento e Avaliação

O Plano de Ação de Seguimento e Avaliação elaborado, foi elaborado e aprovado (ver anexo).

O objetivo deste Plano de Ação é de assegurar que os resultados almejados sejam atingidos. Motorização referir-se-á particularmente aos riscos ambientais e sociais e aos planos de gestão correspondentes.

As actividades de monitorização também garantirão que haja uma participação equilibrada de género na concepção e implementação da actividades do projeto e que a igualdade do género seja alcançada no quadro de cada resultado.

19. Elaboração do Plano de Ação de Género

O Plano de Ação de Género, em fase de elaboração e consolidação, visa integrar o género em todas as políticas, programas e processos de gestão das alterações climáticas na Guiné-Bissau

20. Elaboração do Plano de Comunicação:

O Plano de Comunicação, elaborado, visa promover a visibilidade das realizações do Projeto (ver anexo).

21. Primeira reunião do Comité de Pilotagem (COFIL) Coastal 2022.

Os Termos de Referências e Agenda provisoria da primeira reunião do COPIL Coastal de 2022, já foram elaborados pela UGP.

As atividades realizadas, em fase dos resultados esperados, conforme o PTA2022, bem como os principais desafios e lições aprendidas registados durante este segundo trimestre são divididos em componentes da seguinte forma:

Resultados Esperados	Atividades PTA2022	Realizações	Desafios	Lições Aprendidas
Componente 1) Estruturas de governação para a gestão de riscos climáticos na zona costeira				
UGP BENS E SERVIÇOS) Equipamento de campo e transporte para a UGP/Antenas		- Procedimentos administrativos de aquisição em curso	- Conjuntura local que não facilita envio das encomendas via marítima	- Fracos meios logísticos para cobrir todas as zonas de intervenção do Coastal
UGP BENS E SERVIÇOS) Viagens internas (e quando for justificado, internacionais) para a UGP		- Missões de terreno nas zonas de intervenção	- Processo de pagamento ou desbloqueamento de fundos	- Morosidade dos processos administrativos
1.1 Reforço de capacidade para a gestão de zonas costeiras	1.1.1) Desenvolvimento e implementação dum programa de formação e capacitação adaptado ao público-alvo, visando as partes interessadas prioritárias e as populações costeiras em geral	- Proposta para a Formação de Base SIG/QGIS dos Técnicos do MAB	- Procedimentos administrativos de mobilização de fundos	- Necessidade de reforço de capacidades dos Parceiros Técnicos Coastal em matéria do SIG
	1.1.2) Reuniões e Ateliês das Partes Interessadas em ligação com o desenvolvimento de capacidade e programa de formação adaptada ao público	- Reuniões e encontros de trabalho para fazer levantamento das necessidades de capacitação no SIG	- Agenda dos parceiros	- Falta de Recursos Humanos e Materiais nas Instituições Parceiras
		- As Antenas realizaram ações de sensibilização, diagnóstico participativo das comunidades com vista a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local (PDL)	- Meios de transportes de acesso as comunidades	- Fraca capacidade das comunidades para fazer face aos riscos climáticos e a necessidade de elaborar um PDL
1.2 Política e regulamentos	1.2.1) Consolidar mandatos institucionais e coordenação para a Gestão Integrada e Adaptativa da Zona Costeira na Guiné-Bissau			
	1.2.2) Realizar um estudo sobre as políticas orçamentais relativas à zona costeira, em estreita colaboração com a autoridade portuária e outros intervenientes			

	institucionais, com vista a propor soluções para melhorar e atrair investimento para a zona costeira.			
	1.2.3) Desenvolver uma estrutura de planeamento de desenvolvimento de políticas, institucionais e locais em localidades costeiras selecionadas, preparando a inovação, a capacidade de resposta em termos de género e a atualização da revisão para ter em conta as alterações climáticas	- Encontros das Antenas com as respetivas comunidades locais nas Zonas de Intervenção 1, 2 e 3, para fazer levantamentos com vista a elaboração do PDL e a integração do género na inovação e capacidade de resposta	- Dificuldades das mulheres em expressar livremente as suas preocupações	- Necessidade de tomar em consideração aspectos género na estrutura de planeamento
		-Encontros com autoridades administrativas locais	- Criar e manter sinergias com autoridades administrativas locais	- O sucesso de muitas actividades dependerão do envolvimento das autoridades administrativas locais
1.3 Programa de Monitorização e Gestão de Risco da Zona Costeira	1.3.1) Desenvolver e implementar sistemas de informação e apoio à decisão geograficamente baseados para a costa da Guiné-Bissau que tenham em conta os riscos climáticos	- Programa de formação elaborada para capacitar os Técnicos no domínio do SIG	- Desbloqueamento de fundos para a materialização do programa	- Insuficiência de recursos humanos, Técnicos especialistas em SIG para a implementação e operacionalização do sistema de informação e apoio à decisão geograficamente.
Componente 2: Investimentos em Proteção Costeira (Fase I - Início de Estudos Técnicos)				
2.2 Proteger 1000ha de arroz de terras baixas	2.2.1) Avaliação de infraestruturas existentes, concepção e atualização de infraestrutura. Estudos agroecológicos e estudos de adequação de solos para a orizicultura. EIA das intervenções propostas	- Missões de terreno para identificar, georreferenciar, dimensionar e cartografar as bolanhas, pontes e vias de acesso e hortas comunitárias na ZI3 para realização das obras de proteção em relação ao clima; nas localidades de Cussana/Cussentche, Tebe,	- Procedimentos administrativos e logísticos para a realização das missões	- Ações prévias (TDR, levantamentos, concurso publico, assinaturas de contratos, estudos técnicos antes das intervenções).

		<p>Gâ-Turé e Ndjassana Balanta</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processo de recrutamento de Gabinetes de estudos, Empresas e Consultor Individual - Concurso publico restrito - Assinatura de contratos - Projeto de planta de construção de viveiros multiuso - Proposta técnica e financeira de Estudos de Impactos Ambientais: 1) Cussana-Cussentche; 2) Bubatumbo-Ga Ture Tebe e NDjassane Balanta - Visitas pontuais em Biombo porto de pesca – BRAS - Visita pontual em Cacheu; ponto cais, infraestruturas auxiliares e local de construção de nova rampa 		
	2.2.2) Gestão de águas pluviais (entre outros nos rios Geba e Corubal)			
	2.2.5) Reforçar a capacidade de intervenção do INPA e da Direção Nacional de Vulgarização Agrícola e desenvolvimento da educação agrícola (escolas)			
	2.2.8) Apoio à atividade e supervisão técnica (incluindo consultoria especializada + viagens)			
2.3 Restaurar 2500ha de mangais	2.3.1) Identificação de ameaças e oportunidades para a conservação de mangais e uso sustentável como uma	- Propostas de intervenção do IBAP e GPC para a	- Enquadramento das propostas apresentadas	- O não alinhamento dos planos de ações com o sistema de pagamento

	medida de adaptação com benefícios múltiplos	conservação dos ecossistemas de mangrove		
	2.3.2) Promover a regeneração natural onde os ecossistemas mangais são auto-renováveis (1500ha) - inicialmente estimado em US\$ 250 / ha	- GPC apresentou uma proposta da missão de terreno para identificação das zonas - UGP estabeleceu a área necessárias para regeneração natural de mangais, num total de 900 ha: ZI1 300 ha, ZI2 400 ha e ZI3 200 ha	- Sazonalidade. A época chuvosa e o momento ideal para realizar atividades de regeneração natural	- Pouca capacidade técnica das instituições (IBAP, GPC) para a realização desta atividade
	2.3.3) Reabilitar através de replantio de mangal degradado (1000ha) - estimado inicialmente em USD 550 / ha	- GPC: Proposta da missão de terreno para identificar as zonas degradadas - Proposta da UGP 600 ha: ZI1 200 ha; ZI2 300 ha e ZI3 100 ha	- Atingir metas propostas pela UGP	- Experiências do passado em matéria de replantio dos mangais degradados
	2.3.4) Planeamento e Sistema de MeA	- Plano de Ação M&A elaborado	- Consolidação e alinhamento ao PTA2022 - Programação de ações UGP/Parceiros - Operacionalização do Plano de Ação	- Não execução dos planos de ações anteriores apresentados pelos Parceiros por falta de pagamento
	2.3.5) Cinturas costeiras verdes: Identificar áreas protegidas que possam ser alargadas ou já cubram as áreas de mangal e fortaleçam o seu cenário de referência financeira			
	2.3.6) Engajamento e formação de partes interessadas			
	2.3.7) Monitorizar de forma independente a saúde dos mangais em áreas sujeitas a regeneração e reabilitação no solo			

	2.3.8) Planeamento, implementação, execução e elaboração de relatórios pelo IBAP em coordenação com o GPC.			
2.4 Proteger as zonas húmidas costeiras	2.4.2) Identificar e estimar o valor dos serviços ecossistémicos (ecológicos, socioeconómicos e económicos) fornecidos pelas zonas húmidas em apoio ao seu uso racional, gestão e tomada de decisões.			
	2.4.3) Desenvolvimento de parcerias com projetos afins para alargar as atividades de restauração de zonas húmidas			
	2.4.4) Sistema de Planeamento e MeA: Desenvolver um Plano de Monitorização Ecoclimático de médio a longo prazo para as áreas alagadas, tomando em consideração a necessidade de adaptação (e onde aplicável a mitigação) e, mais importante, a avaliação do impacto das atividades do projeto no aumento da resiliência das zonas húmidas às alterações climáticas, em especial no que diz respeito aos fluxos naturais e restaurados de água. O GPC será o principal responsável, mas trabalhará com o IBAP na prossecução das metas e na garantia de que o sistema seja mantido de forma sustentável, inclusive após o término do projeto.			
	2.4.5) Recuperação de Zonas Húmidas degradadas (instalação de poços de infiltração, bacias de contenção e outros meios de reabastecimento do antigo fluxo dos afluentes, remoção de sedimentos e limpeza do fluxo principal do rio, sempre que possível, acessível e importante).			
	2.4.6) Intensificação sustentável do uso de zonas húmidas com as seguintes principais modalidades: [A]. Agro-pastoril-horticultura [B]. Introdução de sistemas mistos de arroz-	- Construção de 10 hortas comunitárias de 1 há, nas três zonas de intervenção: ZI1 2 hortas; ZI2 4 e ZI3 4	- Dificuldade de acesso, pistas rurais em más condições	- Experiências de outros intervenientes, vontade das mulheres em abraçar esta acção do projeto Coastal

	peixe (ver, por exemplo, o IRRI Rice Knowledge Bank em www.knowledgebank.irri.org/training/fact-sheets/crop.../rice-fish-systems-fact-sheet); [C] Controlo do uso da água, forragem e pastagem, [D]. Avaliação de produtos florestais não madeireiros, [E]. Avaliação de ecoturismo.			- Assistência técnica e formação das mulheres
	2.4.7) Envolvimento e formação de partes interessadas			
	2.4.8) Estabelecer e implementar mecanismos eficazes e eficientes para a monitorização participativa de zonas húmidas			
	2.4.9) Planeamento, implementação, execução e elaboração de relatórios pelo IBAP em coordenação com o GPC.			
Componente 3: Difusão de tecnologias para reforçar a resiliência climática das comunidades costeiras				
3.1 Diversificação económica e resiliência	3.1.1) Atividade de concessão de donativos relacionada com a implementação da Componente 3 que visa a "Difusão de tecnologias para fortalecer a resiliência climática das comunidades costeiras" – 1º convite à apresentação de propostas, no âmbito da atividade 3.1.1	UGP: Processo de lançamento de concessões de pequenos donativos (TDR elaborados, Proposta de chamadas para apresentação de candidaturas)	- Associações de bases comunitárias não legalizadas - Fraca capacidade administrativa e financeira para a execução de pequenas subvenções	- Experiências anteriores de outros projetos na concessão de pequenos créditos para resiliência económica das comunidades costeiras
		- Contrato de concessão de microcrédito a SGP/GEF, assinado pelo MAB e aguarda a assinatura do PNUD - Perspetiva-se de conceder pequenas subvenções a iniciativa NA NO MON	- Não existe nenhum constrangimento	
3.2 Gestão da Pesca e Recursos Naturais nas Zonas Húmidas	3.2.1) A UGP faz adjudicação e subcontrata uma empresa de consultoria internacional			

	para desenvolver a estratégia e ajudar a alavancar o investimento em turismo.			
3.3 Planeamento de desenvolvimento local sensível ao género para adaptação na gestão ao nível da paisagem em apoio aos Meios de Vida Adaptativos ao Clima	3.3.1) Desenvolvimento e/ou atualização de planos de desenvolvimento local para o setor administrativo de Bubaque (abrangendo a Zona do Projeto Bolama-Bijagós), incluindo: (i) a proteção de desenvolvimentos/investimentos infraestruturais contra o clima; e (ii) um plano de negócios para turismo costeiro sustentável e adaptável.	<ul style="list-style-type: none"> - UN-HABITAT Elaboração dos PDL e Quadro de Resiliências das Cidades de Mansoa, Bubaque, São Domingos e Cacine - INEP Estudos socio económicos e socio antropológico de viabilidade e sustentabilidade nas 3 zonas intervenções do Coastal 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundos para a operacionalização dos PDL/QuRC - Definição dos critérios de intervenções e redefinição da linha de base 	<ul style="list-style-type: none"> - Vantagens comparativas do enquadramento das PDL/QuRC nas políticas publicas para reforçar a resiliência das comunidades - Estudos anteriores similares para redefinir as linhas de base, assim como os critérios de intervenção
	3.3.2) Garantir a integração "A à Z" do género em todas as atividades de subsistência relevantes no âmbito da componente 3	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de sensibilizações junto das mulheres "Bideiras" comerciantes de peixes - Elaboração do Plano de Ação para Género 	- Apoio na legalização das associações para terem acesso aos financiamentos do Coastal	<ul style="list-style-type: none"> - Vulnerabilidade das mulheres face aos riscos climáticos, necessidade de encontrar outras alternativas a modos de vidas - As mulheres são o pilar da economia familiar
3.4 Alternativas à vulnerabilidade climática: parcerias para a adoção de tecnologias inovadoras, melhoria de aptidões locais e sensíveis ao género e resolução de problemas de organização social	3.4.1) Promoção de atividades sustentáveis de geração de rendimento (apicultura, pesca, apanha de ostras, horticultura, agrossilvicultura, turismo comunitário. Sustentável) - o acesso efetivo ao financiamento deve ser garantido através de atividades de concessão de micro donativos no âmbito do Produto 3.1			
	3.4.2) Infraestruturas sociais e transporte da comunidade à prova de clima em parceria com agências da ONU, ONGs e investidores			
	3.4.3) Formas inovadoras e sustentáveis de melhorar as condições de vida locais - o acesso efetivo ao financiamento deve ser assegurado através de atividades de			

	concessão de donativos no quadro do Produto 3.1			
	3.4.4) Cooperação Sul-Sul em Adaptação Costeira			
	3.4.5) Apoiar um sistema integrado de monitorização regular de eventos climáticos e outros eventos relevantes na zona costeira de locais piloto com envolvimento da comunidade, em particular mulheres e jovens, na monitorização de parâmetros chave, como a mudança da linha da costa.			
3.5 Prestação de Serviços de Vulgarização	3.5.1) Conceptualização do programa de formação orientada, processo de seleção para a nomeação dum prestador de serviços adequado (ou consórcio de prestadores de serviços)			
	3.5.2) Serviços de Vulgarização - FASE I: Formação de 3-6 meses numa escola de vulgarização adequada, com primeira implantação para os locais do projeto e engajamento inicial com parceiros locais, finalizando com a nomeação de supervisão, linhas de relatórios e garantia de qualidade "arquitetura de RH"			
3.6 Mecanismos de financiamento locais viáveis e produtos para adaptação e resiliência	3.6.1) Realizar um estudo de raio de ação simples sobre a viabilidade do que é necessário para impulsionar o acesso local aos mecanismos de financiamento e seguro ao longo da zona costeira	- Elaboração do Plano do Desenvolvimento Local (PDL)	- Conhecimento das realidades locais	- Cada zona de intervenção possui a sua própria dinâmica e especificidade, o PDL deve adaptar-se a realidade de cada Tabanca, Vila e/ou Ilha
Componente 4) Monitorização e avaliação [O restante das atividades de MeA da Componente 4, além daquelas descritas no ARRANQUE]				
4.1 Seguimento e Avaliação	4.1.2) Revisão da estratégia de integração de género, abordagem e plano de envolvimento das partes interessadas e quadro lógico com indicadores (+ desenvolvimento de TRs específicos nos ensaios, revisão das dotações orçamentais, planeamento detalhado do trabalho, etc.)	-Elaboração do Plano de Ação de Género em curso	- Estratégia de integração, abordagem e quadro logico	- As Mulheres são pilares da economia familiar e devem ser implicadas em todos os níveis do Projeto

	4.1.3) Geração de dados do cenário de referência ausentes para indicadores	- Elaborado uma lista preliminar de associações de base em cada zona de intervenção	- A maior parte das Associações de Base estão por legalizar	- Existem várias associações a realizar as mesmas actividades (duplicações) - Há necessidade de reorientar e reagrupar as associações em função das suas actividades e de capacidades
	4.1.4) Avaliação intercalar (MTR)	- Participação da UGP na missão de MTR Coastal	- Não houve dificuldades	- Procedimentos PNUD-GEF
	4.1.5) Medição de indicadores (incl. Atelier para aplicação da Ferramenta de Rastreamento GEF)			
	4.1.6) Monitorização de riscos ambientais e sociais, e planos de gestão correspondentes quando for relevante	- Plano de Seguimento & Avaliação 2022 elaborado - Lançamento do processo de recrutamento de um Consultor para desenvolver página web Coastal	- Alinhamento com o PTA2022 em termos de programação - Autorização de assinatura do contrato	- Necessidade de alinhamento do PMA2022 e PTA2022, com processo administrativo de desbloqueamento de verbas - Apropriação e continuidade das páginas web após termo de projetos
	4.1.7) Avaliação Interna (Reuniões do COPIL) e organização de dados do indicador	- Primeira reunião do Comité de Pilotagem Coastal de 2022 programada para primeira quinzena do mês de Julho de 2022	- Conciliar o estado de avanço com a modalidade de pagamento	- Estado do avanço na implementação do Projeto; ganhos e estrangulamentos
	4.1.8) Negociação de detalhes da estratégia de saída/sustentabilidade	- Recomendações da MTR (Possibilidade de extensão de 18 a 24 meses, desaceleração, reorientação da estratégia, reforço de capacidade dos parceiros técnicos e do INA, etc...)	- Reorientar as estratégias de implementação do Coastal	- Deliberações dos assuntos discutidos e aprovados, tendo em conta o estado de implementação do Projeto

Legenda: () - Ações programadas no PTA2022, mas que não foram executadas durante este segundo trimestre.

III – RELATORIO FINANCEIRO

Execução Orçamental de 2022

O Plano Anual de Trabalho e o Orçamento Total para o ano 2022, apresentado e aprovado pelo Comité de Pilotagem foi 6 460 140 USD, contituído por dois fundos, LDCF/GEF (62160) no montante de 6 235 140 USD e TRAC/PNUD (0400) na ordem de 225 000 USD – para os quais das 5 linhas das atividades do projeto, atividades 2, Investimentos em Proteção Costeira, representa maior peso orçamental (51%) e, em seguida atividade 3, Tecnologias para Fortalecer a Subsistência e a Resiliência Climática das Comunidades Costeiras (30%).

Actividade	Orçamento Aprovado (\$USD)	Compromissos (\$USD)	Despesas + Custo Total (\$USD)	Avanços NEX (\$USD)	Saldo do orçamento (\$USD)	Utilização do orçamento (%)
Comp.1: Desenvolvimento de políticas e instituições para a gestão de riscos climáticos em zonas costeiras	946 000	0	67 550	0	878 450	7%
Comp.2: Investimentos em proteção costeira	3 312 000	0	357 720	0	2 954 280	11%
Comp.3: Tecnologias para fortalecer a subsistência e a resiliência climática das comunidades costeiras	1 924 000	0	24 223	0	1 899 777	1%
Comp.4: MeA	125 140	27 385	21 937	0	75 818	39%
Comp.5: PMC	153 000	0	10 888	0	142 112	7%
TOTAL	6 460 140	27 385	482 318	0	5 950 437	8%

Conforme demonstrado na tabela acima, no primeiro semestre 2022, registrou-se uma taxa global de execução financeira na ordem de 8%, ou seja, 482 318 USD com maior incidência na atividade 2, investimentos em proteção costeira, com cerca de (11%). Temos um saldo de 5 950 437 USD a serem alocados no segundo semestre. Esperamos aumentar significativamente o nível de execução financeira com as construções, aquisições de equipamentos no âmbito das ações de componente 2 e com as atividades ligadas a componente 3.

IV – CONCLUSÕES

Durante o segundo trimestre, a Unidade de Gestão do Projeto com os Parceiros Técnicos, iniciou uma nova fase de “Ação no Terreno” com a realização de actividades de construção de pistas rurais e pontes, em dois trocos, na Zona 3 de intervenção: 1. Mansoa (Cussana-Cussentche; e 2. Buba (Bubatumbo-Gã Turé-Tebe e Ndjassane Balanta); Construção de 10 hortas comunitárias; e Construção de diques nas bolanhas.

Todas estas ações foram antecedidas, com estudos técnicos e a observância de procedimentos prévios de lançamento de concursos publico, conforme rege as regras e a Lei.

Com o recrutamento da nova Chefe do Cluster Planeta Sustentável do PNUD, Responsável do Projeto Coastal, na pessoa do Sra. Nelvina Barreto, houve um avanço considerável em termos das realizações do Projeto e das relações entre as Partes.

Em termos de execução financeira, a taxa de 1% realizado durante o primeiro trimestre passou para 8% no segundo trimestre. Esta taxa e aquem das expectativa, devido ao ritmo lento de pagamentos que condiciona em parte as realizações no terreno. Mas, estima-se que podera aumentar significativamente o nivel de execução financeira com as construções, aquisições de equipamentos no ambito das ações de componente 2 e com as atividades ligadas a componente 3, nos proximos tempos.

É de destacar a missão de Avaliação a meio percurso a que o rprojecto foi submetido, no periodo de 22 de Maio a 3 de Junho de 2022, cujo relatorio deixou uma serie de constatações, conclusões e recomendações, que servirão para reorientar as ações do Projecto com vista a melhorar as suas performances.

A UGP programou a primeira reuniao do Comite de Pilotagem de 2022, para o mes de Julho, para apresentar um ponto de situacao sobre a execução do projeto, propor alternativas de saida e adaptção fase a novos desafios.

V – RECOMENDAÇÕES

PNUD. Autorizar a UGP acesso a Plataforma ATLAS para facilitar a execucao financeira.

PNUD. Autorizar pagamentos por via de transferencia bancaria, a luz da revisão do ranking do risco Significativo para Moderado de HACT do MAB.

PNUD. Finalizar o processo de recrutamentos de expertises internacionais.

UGP. Apresentar Orçamento Plurianual; Realocação do Fundo Track para facilitar aquisição de 3 viaturas para Antenas.

MAP/UGP. Organizar uma reunião restrita do COPIL para discutir assuntos urgentes e, depois uma reunião mais algado com todos os membros do COPIL, o mais depressa possivel.

ANEXO 1: PLANO DE AÇÃO DE SEGUIMENTO & AVALIAÇÃO 2022

2022 Monitoring Schedule Plan for Project ID

Project titles and IDs	Monitoring Action	Due date	Budget (USD) 624,16	Description	Comments	Date completed	Responsibility
	(Indicate which one: annual review, annual workplan, audit, monitoring visit, donor report, evaluation, workshop, special publication, etc)		28/04/2022 Obs: taxa de cambio do dia	(Description of the purpose of monitoring action)	(Provide further details and update about the status)	(Actual completion date)	(Name of the person responsible for the action)
	Weekly programme meetings with SM and AWP development Reuniões semanais de seguimento e programação do Plano de Atividades Anual	Weekly		Informing SM on the progress of the project, planning of priority actions Informar a UGP sobre o andamento do projeto, planificação de ações prioritárias	Minutes available	weekly	PMU
			N/A				
	Monthly Program Meetings and Follow-up with M&E/PNUD Reuniões Mensais do Programa e Acompanhamento com M&A/PNUD	Monthly		Work sessions to monitor the progress of activities Sessões de trabalho de acompanhamento dos progressos das atividades	Minutes will be provided	Monthly	Mary Seck Ngalim Juliette Nsam Tangem
	Regular meetings with key partners and project implementing partners	Quarterly		Regular monitoring of achievement of	Minutes available		PMU

	Reunião regulares com os parceiros chaves e parceiros de implementação do projeto		N/A	goals and objectives of activities Acompanhamento regular do cumprimento dos objetivos e metas preconizado no prodoc			IBAP; GPC;DGEDR; INPA; etc
	Monitoring and field visits - Un_Habitat Acompanhamento e visitas de campo - Un_Habitat	Semiannual	1,038	Monitoring and field of the phases for the elaboration of the CityRAP Resilience Action Plan Acompanhamento e visitas de campo das fase para elaboração do Plano de Ação de Resiliência CityRAP	Reporting will be provided		UN-Habitat/ Mary Seck
	Monitoring and field visits- IBAP Acompanhamento e visitas de campo - IBAP	Quarterly	3,768	Avaliação da implementação de atividades a nível local Assessment of the implementation of activities at the local level	Reporting will be provided		PMU/IBAP
	Monitoring and field visits-GPC Acompanhamento e visitas de campo - GPC	Quarterly	2,066	Assessment of the implementation of activities at the local level Avaliação da implementação de atividades a nível local	Reporting will be provided		PMU/GPC

Monitoring and field visits, DGEDR Acompanhamento e visitas de campo - DGEDR	Quarterly	1,942	Assessment of the implementation of activities at the local level Avaliação da implementação de atividades a nível local	Reporting will be provided		PMU/DGEDR
Monitoring and field visits, INEP Acompanhamento e visitas de campo -INEP	Quarterly	3,471	Assessment of the implementation of activities at the local level Avaliação da implementação de atividades a nível local	Reporting will be provided		PMU/INEP
Monitoring and field visits, INPA Acompanhamento e visitas de campo - INPA	Quarterly	4,100	Assessment of the implementation of activities at the local level Avaliação da implementação de atividades a nível local	Reporting will be provided		PMU/INPA
Monitoring and field visits, construction company Acompanhamento e visitas de campo -Empresas de Construção	Semiannual	1,946	Assessment of the implementation of activities at the local level Avaliação da implementação de atividades a nível local	Reporting will be provided		PMU/ construction company
Project Monitoring and Evaluation Reports (review risks, problems) Relatórios de Seguimento e Avaliação do projeto (revisar riscos, problemas)	Quarterly	N/A	Review the progress of project activities Revisão do progresso das atividades do projeto	M&A Report		PMU
Quarterly and annual reports Relatórios trimestrais e anuais	Quarterly/annual	N/A	To report on progress made Para relatar o progresso feito	Quarterly Report		PMU
Monitoring and field visits, Empresas ACAT Acompanhamento e visitas de campo - ACAT	Regularly	1,580	Assessment of the implementation of activities at the local level Avaliação da implementação de atividades a nível local	Reporting will be provided		UGP/Company ACAT

	Monitoring development of the Annual Activity plan (AWP) Seguimento de desenvolvimento do plano de Atividade Anual (PTA)	Quarterly	N/A	Assessment of the implementation of activities Avaliação da implementação das atividades programadas	Reporting will be provided		PMU
	Monitoring of training programs and activities Acompanhamento dos programas e das atividades de formação	Regularly		Report on progress made, evolution of activities and planning of priority actions Informar sobre o progresso feito, evolução das atividades e planificação das ações prioritárias	Reporting will be provided		PMU/Mary Seck
3,768			PMU/Mary Seck				

ANEXO 2: PLANO DE AÇÃO DE COMUNICAÇÃO 2022

2022 Communications Plan for Project ID

#	Activity	What	Who	When	Target audiences	Resources	Product (evaluation criteria)
1	Recolher documentos do projeto a nível interno	Receber documentacao junto aos tecnicos afectos ao projecto	Resp. Comunicacao	Maio	Resp. Comunicacao	0 CFA	
2	Criar página de facebook do projeto	Desenho grafico e atualizacao das informacoes	Resp. Comunicacao	Junho	Financiador, Parceiros, Beneficiario directo, indirector e populacao em geral	0 CFA	
3	Produção dos instrumentos de visibilidade do projeto (Camisolas, CartazesA2, desdobráveis500, placas(4*3x 1*5m) e disticos a lona)	Tratar mensagem e supervisionar design grafica junto a empresa contratada	Resp. Comunicacao	Junho/Julho		4,000,000 CFA	
4	Produção e emissão de programas radiofónicos (Radio Nacional, Sol mansi e África)90.000por programa +30.000por apresentador * 8Programas*3Radios*4meses	Preparar temas/assuntos com equipa tecnica do projecto pois aprovada realizar a sua emissao nas orgaos seleccionadas	Coordenacao de Proj., Resp. Comunicacao e apresentador da emissora seleccionada	Julho a Outubro		11,520,000 CFA	
5	Boletim informativo 12 paginas a cores (4.000F*500Impressao*2Edicao)	Selecao de conteudo, realizacao de missao de terreno para recolha de informacao, Tratamento do mesmo e sua impressao na grafica	Resp. Comunicacao	Julho e Outubro		4,000,000 CFA	
6	Produção do relatório trimestral do projeto	Organizacao das atividades realizadas e trata-las em forma de relatorio.	Resp. Comunicacao	Julho e Outubro		0 CFA	
	Total:						19,520,000 FCFA

ANEXO 3: PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO 2022

Gender Action Plan

Duration of work plan: Seven months

Project ID: 00095375

Project title: Strengthening the adaptive capacity and resilience of vulnerable communities in coastal areas of Guinea-Bissau to climate risks - COASTAL

KEY ACTIVITIES PLANNED	TIMEFRAME (QUARTER)				Indicator	PLANNED BUDGET	
	Q1	Q2	Q3	Q4		Funding source	Amount (USD)
Output 1. Integrate gender into all climate change management policies, programs and processes in Guinea-Bissau.							850,833.33
Action 1.1. Gender Analysis, Climate Change Policy and Important Legislation					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 1.2. Include the gender component; Gender analysis should be an integral part of national climate change assessments to create evidence of differentiated impacts and assist in policy formulation, planning and practice.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 1.3. Conduct gender awareness and climate change training workshops for different categories of policy makers and stakeholders at all levels.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 1.4. Multi-stakeholder dialogues on gender and climate change, at national and municipal levels, with inclusive and equal participation of men and women.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	

<p>Action 1.5. Propose the revision of the PNIEG (National Gender Integration and Equity Plan), addressing the vulnerability of women to climate-related natural disasters.</p>					<p>Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.</p>	<p>GEF LDCF</p>	
<p>Output 2. Improve capacities for gender mainstreaming in global climate change management at all levels.</p>							<p>850,833.33</p>
<p>Action 2.1. Training and qualification: Needs assessment design and implementation of training between gender and climate change focal points in line ministries and all other relevant technical staff and leadership.</p>					<p>Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.</p>	<p>GEF LDCF</p>	
<p>Action 2.2. Training and qualification: Needs assessment design and implementation of training between gender and climate change focal points in line ministries and all other relevant technical staff and leadership.</p>					<p>Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.</p>	<p>GEF LDCF</p>	
<p>Action 2.3. Create a gender-positive organizational environment by developing a comprehensive gender mainstreaming toolkit for project or program cycles; Apply existing gender commitments to climate change portfolios; strengthening internal gender mechanisms, for example by establishing gender committees</p>					<p>Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.</p>	<p>GEF LDCF</p>	
<p>Action 2.4. Technical support for gender mainstreaming in climate change at the LEADING INSTITUTION (Ministry of the Environment);</p>					<p>Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the</p>	<p>GEF LDCF</p>	

External experts to support a strong gender approach.				community;Number and type of documents and publications available online.		
Output 3. Generate and disseminate knowledge and information about the differential impacts of climate change on women and men, boys and girls in Guinea-Bissau.						850,833.33
Action 3.1. Know and undertake research on the social and gender impacts of climate change and show the causes of vulnerability among different social groups.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 3.2. Document and disseminate policy briefs, case studies and documentaries among climate change actors.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 3.3. Capacity building of the National Statistics Institute to provide disaggregated data on gender.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 3.4. Awareness campaigns in schools and affected communities.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Output 4. Give strategic attention to gender equality and women's empowerment in Guinea-Bissau, ensuring that programmatic and operational activities of climate change resilience projects are gender-sensitive in order to accelerate social transformation.						850,833.33
Action 4.1. Create a discussion forum to facilitate dialogue on gender issues between village associations, local authorities, regional and national administration.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 4.2. Ensure that women's needs and interests are represented in the design and implementation of field interventions.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the	GEF LDCF	

					community;Number and type of documents and publications available online.		
Action 4.3. Conduct awareness-raising and dissemination campaigns aimed at increasing women's participation in the design and implementation of project activities, as well as in decision-making processes.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 4.4. Apply gender indicators accordingly during project design and execution.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 4.5. Take into account lessons learned about women's and men's experiences and strategies in the face of climate change and the implications of future projects and programmes.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Output 5. Increase gender-sensitive and sustainable adaptation and mitigation measures in Guinea-Bissau communities in order to significantly reduce the risks associated with climate change and natural disasters.							850,833.33
Action 5.1. Increase gender-sensitive and sustainable adaptation and mitigation measures in Guinea-Bissau communities in order to significantly reduce the risks associated with climate change and natural disasters.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 5.2. Document and use women's and men's knowledge and experiences on adaptation and mitigation; synthesis of knowledge of the main practices that are resilient to climate change.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	

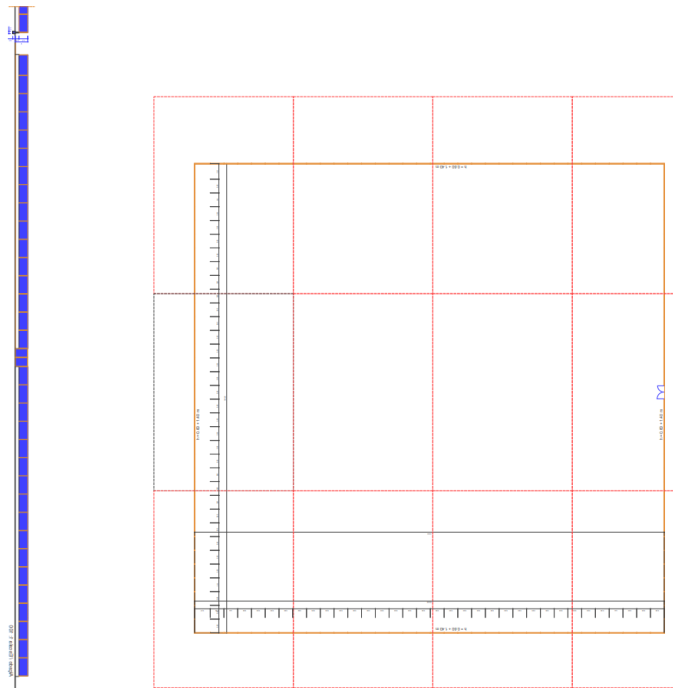
Action 5.3. Reinforces (agricultural vulgarization) for diversification of livelihoods: crops especially those that can withstand extreme climatic variations); rainwater sources), energy sources, home protection as a means of improving community resilience.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 5.4. Improve women's capacities for livelihood diversification through training and implementation of horticulture (including resistant vegetables and vegetables), functional literacy, fruit processing (juice, dried fruit).				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 5.5. Promoting small agribusiness and (informal) entrepreneurship of women through training, marketing strategies and small donations).				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Output 6. Promoting partnership and cooperation between the main actors (state and non-state, national and international) on gender and climate change.						850,833.33
Action 6.1. Develop a database of gender and climate experts who can support gender mainstreaming processes.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 6.2. Link institutions and NGOs to existing funds to finance gender-responsive adaptation activities.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 6.3. Identify and develop partnerships with donors and development partners for training, capacity building and research activities.				Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community; Number of people covered (disaggregated by sex); Number and type of field visits made to the community; Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	

Action 6.4. Create and strengthen the working group on gender and climate change as one of the technical working groups for the implementation of climate change projects.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 6.5. Encourage gender focal points to develop their action plans in collaboration with climate change focal points.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 6.6. Develop partnerships and collaboration with gender and women's organizations, gender working groups and experts that will increase the possibilities for gender responsiveness and benefit implementation.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Output 7. Integrate gender responsiveness into the monitoring and evaluation systems of climate change projects in Guinea-Bissau through gender analysis and support for the collection of sex-disaggregated data on climate change.							850,833.33
Action 7.1. Data on adaptation and mitigation should be disaggregated by sex and gender to highlight the differential impacts of interventions on women and men.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 7.2. Develop gender indicators to measure vulnerability and resilience.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 7.3. Measure institutional capacities for gender mainstreaming.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	

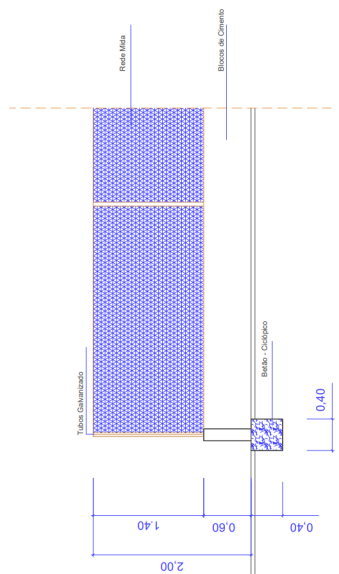
Action 7.4. Develop effective and accountable monitoring and validation of adaptation and mitigation funding mechanisms to show how women and men benefit and how their various priorities are being met.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 7.5. Integrate the gender component into the proposed monitoring and evaluation system for climate change projects					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Output 8. Integrate gender responsiveness into the monitoring and evaluation systems of climate change projects in Guinea-Bissau through gender analysis and support for the collection of sex-disaggregated data on climate change.							850,833.33
Action 8.1. Support participating institutions to develop gender data collection tools and MeA systems					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 8.2. Establish an intersectoral gender and climate change working group to share information and experiences with implementing the gender strategy, explore opportunities for learning and scaling up.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 8.3. Assess performance, develop and implement a reward system to recognize good performance in gender mainstreaming.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 8.4. Regularly carry out institutional gender audits, gender analysis and other tools to.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	

Action 8.5. Regularly conduct institutional gender audits, gender analysis and other tools to identify and address barriers to gender mainstreaming.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Output 9. Develop and adapt climate change financing mechanisms to the priorities of women, youth, men and vulnerable groups.							850,833.33
Action 9.1. Analyze access barriers and constraints faced by women, youth and vulnerable groups.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 9.2. Review mechanisms for funding climate activities so that they do not harm poor men and women.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Action 9.3. Allocate funds for climate activities that respond to gender needs and women's empowerment, with women involved in decision-making.					Number and type of awareness-raising and/or training actions on gender equality for focal points within the community and community;Number of people covered (disaggregated by sex);Number and type of field visits made to the community;Number and type of documents and publications available online.	GEF LDCF	
Total budget for the project							120 500. 000
% for gender							7 657 500. 000

ANEXO 4: PLANTA DAS HORTAS COMUNITARIAS



- a) Vista lateral
- b) Murro da Horta
- c) Arrame vedação



Corte A - B / Escala 1: 50

ANEXO 5: RELATORIO PROVISORIO DE ESTUDOS SOCIO-ANTROPOLOGICO E DE VIABILIDADE DAS INTERVENCOES DOS PARCEIROS DO PROJETO COASTAL



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) - Centro de Estudos Socioeconómico (CESE)

Relatório

Título do Projeto: Reforço da Capacidade de Adaptação e Resiliência das Comunidades Vulneráveis das Zonas Costeiras da Guiné-Bissau aos Riscos Climáticos

Equipa de Pesquisadores:

- **Daniel Soares Cassamá**
- **Samba Tenen Camará**
- **Zeca Jandi**
- **Augusto Barreto**
- **Amadu Sajo Djaló**
- **Didier Té**

Equipa de inquiridores:

- **Arsénio Raul Sami**
- **João Viano Pereira**
- **Ludesimira Fernando Mendes**
- **Sara Pereira Silva Correia**
- **Osange Djamila da Silva Cá**
- **Saico Baldé**
- **Albertino Cabi**
- **Raquel Fernandes**

Mai de 2022

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Participação por sexo	10
Gráfico 2 Participação segundo nível de escolaridade	10
Gráfico 3 Conhecimento sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas.....	11
Gráfico 4 Existência de associações comunitárias	15
Gráfico 5 Meios de educação e sensibilização que gostaria de beneficiar para a capacitação de membros da sua associação	15
Gráfico 6 Causas de alterações climática.....	18
Gráfico 7 Atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades	19
Gráfico 8 Ameaças à conservação da natureza	25
Gráfico 9 Conflitos mais frequentes à conservação da natureza	26

Lista de Tabelas

Tabela 1 Necessidades prioritárias apresentadas pelas comunidades locais.....	24
---	----

Lista de Figuras

Figura 1 Prática de Lenhar para fumagem de pescado em Caravela.....	11
Figura 2 Atividade geradora de rendimento em Bruce	18
Figura 3 Estrutura atual da Escola em Edgim e ponte do trecho Suzana/Varela.....	19
Figura 4 Estado atual de bolanha em Djufunco e rampa de cais em Bolama.....	25

Resumo

Dada a suas potencialidades e riqueza em recursos da biodiversidade, 26,3% do território da Guiné-Bissau está integrada no Sistema Nacional das Áreas Protegidas. No entanto, a pressão desenfreada que tem sido exercido sobre a natureza nas últimas décadas em consequência da ação humana contribuem para acelerar os fatores propensos às alterações climáticas. O estudo visa recolher as informações sócio antropológicas com base nos conhecimentos, atitudes e práticas de populações das zonas Zona 1 – Arquipélagos dos-Bijagós, 2 - Cacheu-São Domingos-Varela, Zona 3 - Mansoa-Buba-Cufada, **Cacine** e em todos os corredores limítrofes face a sua visão de desenvolvimento e a relação estabelecida com a natureza, sobretudo, em áreas protegidas e localidades limítrofes para um desenvolvimento sustentável. Abordagem metodológica mista com enfoque em métodos quantitativo e qualitativo desdobrado em técnicas de aplicação de um questionário com 8 seções e 88 questões e um guião de entrevista semiestruturado que permitiu através de entrevistas exploratórias, grupos-focais e observações diretas recolher dados que esteve na origem da produção deste relatório. No total foram inqueridas 606 pessoas entre homens e mulheres conforme se observa no Gráfico 1, e desse número, 267 correspondente a 44% pertence a sexo feminino e 339 correspondente a 56% a sexo masculino. A satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares, sobretudo em mantimentos para alimentação das suas famílias, seguido das necessidades vitais relacionadas com acesso de outros bens essenciais que proporcionem as populações o bem-estar familiar e social tem aumentado a possibilidade de agressão e uso irracional da natureza.

Palavras-chave: Alterações climáticas; Áreas protegidas; Conservação; Desenvolvimento sustentável; Guiné-Bissau.

1. Introdução

Estudar e compreender a mudança é indispensável para compreensão do problema do desenvolvimento, em toda sua complexidade e diversidade. O conceito de desenvolvimento tem evoluído em função das complexas transformações económicas, sociais e culturais que vão ocorrendo na sociedade. A mudança é, assim, condição necessária ao desenvolvimento, constatando-se que só ocorre desenvolvimento quando ocorre mudança (MOTA, 2001, p. 6).

O repto lançado pelas Nações Unidas a todos Estados, com vista ao cumprimento da sua Agenda 2030, instiga todos países signatários de sua Carta, a adoção de políticas de governanças multissetoriais inclusivas e integradas, como condição sine qua non para irradiação da pobreza, proteção do meio ambiente e o clima, garantindo desta forma o bem-estar socioeconómica e cultural de populações, meta preconizada pela Agenda 2030, por intermédio de cumprimento gradual de objetivos de desenvolvimento sustentável.

Visto que as condições socioeconómicas e culturais diferenciadas de cada país acaba determinando as dinâmicas igualmente diferenciadas das suas políticas de desenvolvimento sustentável, e estas por sua vez, determinam as posições evolutivas de países no Ranking mundial em matéria de cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável, o contexto socioeconómico e cultural de cada país deve servir de matéria-prima e base de inspiração para elaboração de suas políticas de desenvolvimento sustentável.

Assim, dada a suas potencialidades e riqueza em recursos da biodiversidade, 26,3% do território da Guiné-Bissau está integrada no Sistema Nacional das Áreas Protegidas (BIAI, 2021). Nas suas áreas do litoral existem extensões territoriais que albergam cerca de 4/5 da população nacional que dependente muito e exclusivamente de recursos naturais nelas produzidas e/ou colhidas. Essas áreas têm elevada importância a nível económica e ecologia, fato que condiciona o aumento da população, as pressões sobre os recursos costeiros e conseqüentemente o aumento das vulnerabilidades às mudanças climáticas (BIAI, 2009, p.2).

Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Órgão das Nações Unidas responsável pela produção científica, há certeza de que 90% de aumento da temperatura na terra está sendo causado pela ação humana. A queima de combustíveis fósseis (derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural) que geraram energia, atividades industriais, transportes, descarte de lixo, agropecuária, uso inadequado de solo e desbaste são vistas como principais atividades humanas que provocam o aquecimento

global. Todos esses setores de atividades supracitados emitem grande quantidade de dióxido de carbono (CO₂) e de gases formadores de efeito estufa.

Ademais, com a exceção da Região Leste (Setores de Bafatá e Boé), onde se regista estruturas planálticas e colinas não superior a 300 metros de altitude, quase todo o território da Guiné-Bissau em termos de acidentes orográficos da superfície terrestre é plana, estando abaixo do nível médio do mar.

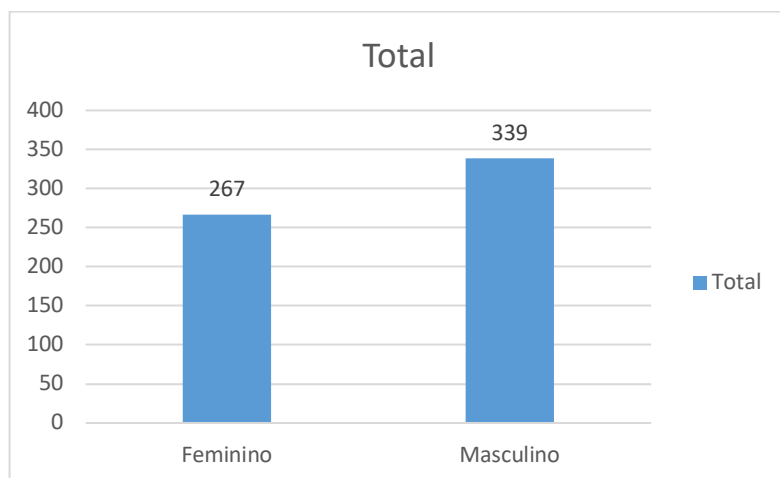
Um estudo realizado pela consultora Maplecroft (MAPLECROFT, 2014) aponta a Guiné-Bissau como o segundo país mais vulnerável à subida do nível do mar, atrás somente do Bangladesh onde os impactos económicos das mudanças climáticas serão mais sentidos.

Praticamente, nas três últimas décadas tem-se aumentado na Guiné-Bissau a pressão desenfreada sobre a exploração de recursos da natureza, que próprias Estruturas de Estado e outras organizações vocacionadas para vigilância e preservação não têm conseguido dar conta do nível avançado da referida pressão e agressão. Como consequências para o elevado nível de desbravamento e exploração florestal aponta-se entre outros fatores, “[...] O crescimento populacional humano, o progressivo abandono da agricultura nas zonas alagadas ‘bolanhas’, as alterações dos hábitos alimentares (crescimento do consumo de arroz em detrimento do feijão e da mancarra bijagós – nas ilhas) aliado à plantação de caju e de outras frutíferas após o cultivo de arroz [...]” (CATRY et al. 2021).

Almejando contribuir para uma relação sustentável entre a população humana e a natureza na Guiné-Bissau, nomeadamente nas zonas Zona 1 – Arquipélagos dos-Bijagós, 2 - Cacheu-Varela, Zona 3 - Mansoa-Buba-Cufada-Cacine e em todos os corredores limítrofes, o presente estudo assenta-se numa abordagem metodológica mista de enfoques quantitativo e qualitativo desdobrado em técnicas de aplicação de um questionário com 8 seções e 88 questões e um guião de entrevista semiestruturado que permitiu através de entrevistas exploratórias, observações e grupos-focais recolher dados que esteve na origem da produção deste relatório.

No total foram inqueridas 606 pessoas entre homens e mulheres conforme se observa no Gráfico 1, e desse número, 267 correspondente a 44% pertence a sexo feminino e 339 correspondente a 56% a sexo masculino. A disparidade entre sexos deve-se a campanha de caju, cuja mão-de-obra é predominantemente feminina nos meios rurais.

Gráfico 1 Participação por sexo



Complementarmente 80 outras pessoas foram entrevistadas igualmente entre homens e mulheres pertencentes às comunidades locais e às organizações de desenvolvimento que atuam e/ou atuaram nessas localidades.

Embora haja variações de níveis de escolaridade entre os sujeitos desta pesquisa conforme se observam nos Gráficos 2 e 3, os resultados demonstram que as pessoas têm conhecimentos e informações, cada qual ao seu nível, sobre as condições básicas necessárias ao desenvolvimento e fatores resultantes da ação humana que aceleram as alterações climáticas colocando em perigo as suas próprias vidas.

Gráfico 2 Participação segundo nível de escolaridade

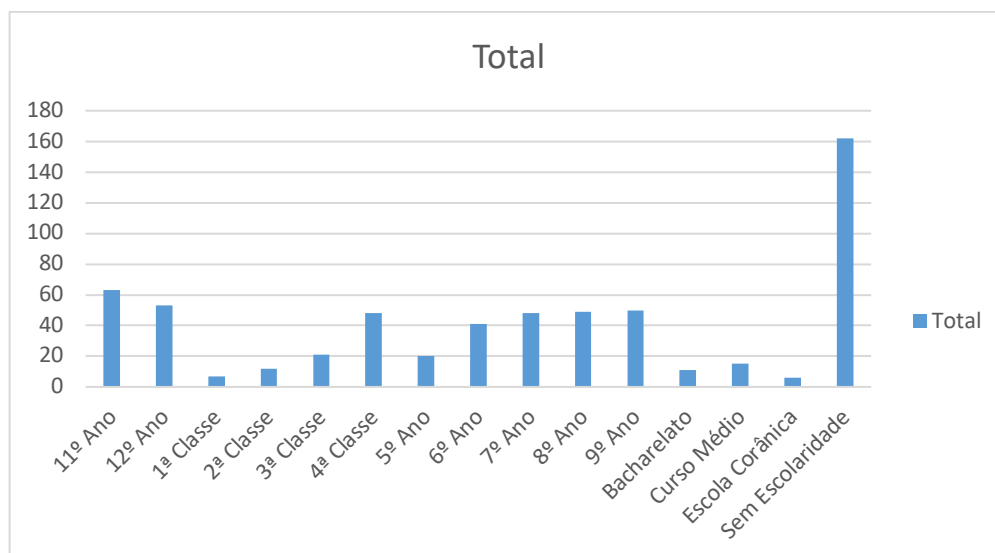
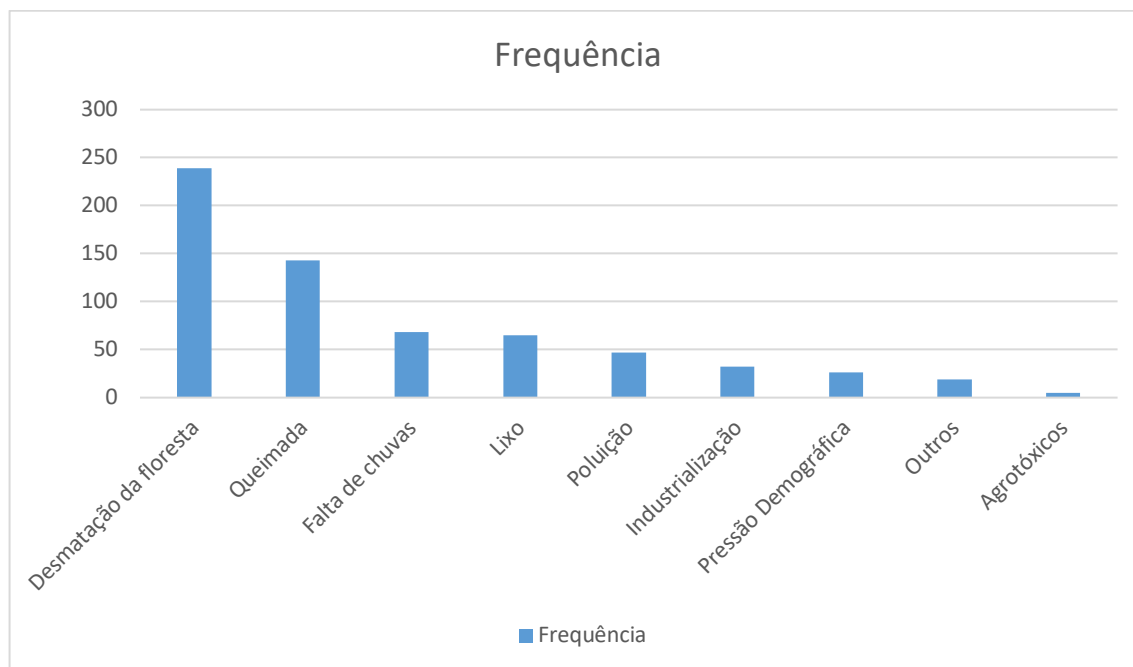


Gráfico 3 Conhecimento sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas



Não obstante essa tomada de consciência, as comunidades locais apontam a degradação e/ou a ausência de bolanhas, falta de infraestruturas socioeconómicas e culturais geradoras de renda, fome e a falta de alternativas tanto material quanto financeiro para satisfação das necessidades essenciais e básicas das famílias e das populações rurais como causas que reforçam a pressão sobre a natureza e seus recursos.



Figura 1 Prática de Lenhar para fumagem de pescado em Caravela

1. 1. Objetivo Geral

Estudo visa recolher as informações sócio antropológicas com base nos conhecimentos, atitudes e práticas das populações locais face a sua visão de desenvolvimento e a relação

estabelecida com a natureza, sobretudo em áreas protegidas e localidades limítrofes para um desenvolvimento sustentável.

1. 2. Objetivos Específicos

Em termos específicos o estudo preocupa-se em recolher informações que permitam melhor analisar, perceber e elucidar os fatos tais como:

- Indagar as diferentes visões sobre as percepções, conhecimentos e experiências locais, que se tem do desenvolvimento em geral, e do desenvolvimento sustentável em particular;
- Identificar os fatores socioeconómicos e culturais que tornam as populações locais propensos a várias tentativas de transgressões às leis e à agressão involuntária à natureza;
- Inventariar as necessidades básicas em infraestruturas socioeconómicas e culturais que, na perspetiva de populações locais podem contribuir para alavancar o processo de desenvolvimento locais;
- Inquerir sobre que sectores de atividades que as populações locais gostariam de obter apoios do Estado e de outras organizações de desenvolvimento;
- Investigar e compreender o grau de satisfação ou não de populações locais em relação aos projetos em curso e/ou desenvolvidos pelo Estado e organizações de desenvolvimento comunitários;
- Avaliar o grau de satisfação e o nível de colaboração de populações locais face as medidas de conservação de zonas protegidas e áreas circundantes;
- Conhecer as aspirações de populações face aos projetos que gostariam de ver implementados;
- Compreender na perspetiva de populações locais a melhor forma de envolver e engajar as comunidades em projetos de interesse comum;
- Apurar na perspetiva de populações locais, sobre as causas que fracassam vários projetos de desenvolvimento comunitários.

1. 3. Metodologia

O estudo foi realizado em três zonas, cujas características geográficas e atividades socioeconômicas e culturais das suas populações são pouco acentuadas. A zona 1 que integra Arquipélagos dos-Bijagós, cuja população segundo os dados deste estudo, dedica-se mais à agricultura, silvicultura e a pesca. Zona 2, que integra Cacheu-São Domingos-Varela, sua população dedica-se igualmente à agricultura, a pesca artesanal e a silvicultura como atividades mais importantes e zona 3, integra Mansoa-Buba-Cufada-Cacine sua população dedica-se também à agricultura, pesca e silvicultura como atividades mais salientes.

Abordagem metodológica mista com enfoque em métodos quantitativo e qualitativo desdobrado em técnicas de aplicação de um questionário com 8 seções e 88 questões e um guião de entrevista semiestruturado que permitiu através de entrevistas exploratórias, grupos-focais e observações diretas recolher dados que esteve na origem da produção deste relatório.

No total foram inqueridas 606 pessoas entre homens e mulheres onde 267 pertence ao sexo feminino e 339 ao sexo masculino. A disparidade entre sexos deve-se a campanha de caju, cuja mão-de-obra é predominantemente feminina nos meios rurais.

Complementarmente 80 outras pessoas foram entrevistadas igualmente entre homens e mulheres pertencentes as mesmas comunidades locais e às organizações de desenvolvimento que atuam e/ou atuaram nessas localidades. Na abordagem deste tópico, tentou-se uniformizar as estratégias que assentaram sobretudo, na exploração passiva e participativa de sujeitos de pesquisa sobre suas vivências quotidianas, aspirações e sua visão de futuro.

1. 4. Público-alvo

O público-alvo deste estudo é população entre homens e mulheres que vive nas áreas protegidas e suas localidades limítrofes cuja faixa etária varia de 18 a mais de 60 anos de idade.

1. 7. Análise e Tratamento de Dados

Os dados foram recolhidos através da plataforma web de coleta de dados “Kobo Toolbox” por intermédio de um formulário instalado no Smart phones de inquiridores, e tratados pelo mesmo programa.

2. Ética

Para o efeito de cumprimento de princípios éticos foi elaborado e aplicado um protocolo de consentimento informado onde foram apresentados e explicados os objetivos de estudo. A participação do estudo foi totalmente voluntária, e a realização das entrevistas só foi possível, depois de explicado previamente aos entrevistados dos objetivos de estudo e tendo sido obtido da parte deles o consentimento verbal para a sua realização.

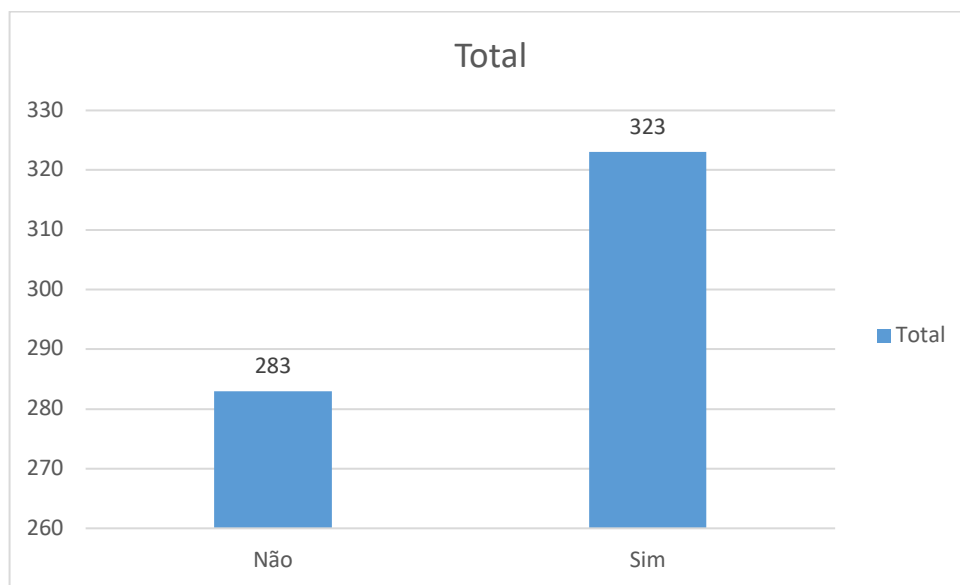
A todos os entrevistados foram-lhes afiançados a guarda de princípios de anonimato, confidencialidade e de inviolabilidade de seus direitos individuais e cívicos.

3. Resultados e Discussão

Quase todas as categorias sociais e profissionais que participaram do estudo têm conhecimento e informações sobre questões de desenvolvimento de modo geral, e de desenvolvimento comunitário de modo particular, embora com ângulos e visões diferenciadas.

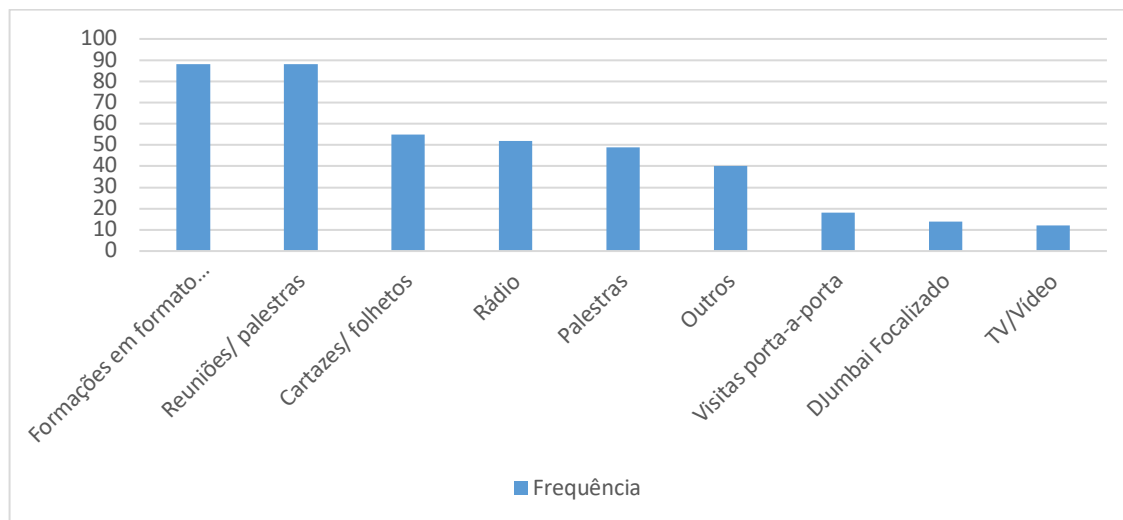
As iniciativas de organizações comunitárias de tipo associações de vária natureza foram amplamente ensaiadas em quase todas as localidades, como forma de suprir vários bloqueios de desenvolvimentos das comunidades estudadas conforme se pode ver no Gráfico 4 onde 323 pessoas no universo de 606 inquiridas confirmam a existência de associação nas suas comunidades.

Gráfico 4 Existência de associações comunitárias



O reforço de capacidades dessas associações foi amplamente recomendado pelas comunidades locais, mas envolvendo sempre os beneficiários na definição e elaboração dos projetos em questão. Inclusivamente, foram avançados meios pelos quais gostariam de receber a capacitação, Gráfico 5.

Gráfico 5 Meios de educação e sensibilização que gostaria de beneficiar para a capacitação de membros da sua associação



3. 1. Conhecimentos Locais sobre Questões Ambientais e Desenvolvimento Sustentável

Nas últimas décadas, sobretudo, a partir de 1987, em Tóquio, na reunião da comissão mundial para o ambiente e desenvolvimento os debates sobre o desenvolvimento ganharam uma nova roupagem com a introdução do termo desenvolvimento sustentável, que é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades. Segundo o Relatório de Brundtland (1987) o desenvolvimento sustentável se realiza apenas quando as necessidades básicas de indivíduos são atendidas e criados oportunidades de poderem realizar seus desejos.

Por isso o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades. (Relatório Brundtland, 1987/1991, p. 47).

Com base nesta definição procurou-se saber das percepções das comunidades das zonas de intervenção do projeto sobre o desenvolvimento sustentável, e como explicariam o seu significado. A Constatação foi que muitas pessoas têm conhecimento sobre o desenvolvimento ou um conjunto de estruturas e/ou infraestruturas económicas que garantam a modernização do país e bem-estar das populações.

Por conseguinte, os dados indicam que existem saberes locais aceitáveis sobre questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, embora seja perceptível uma certa descrença em relação aos efeitos da ação humana sobre a natureza. Ou seja, a pressão desenfreada que exerce sobre a natureza e seus recursos, não podem ser associados a falta de conhecimento ou de informação relativa as consequências futuras dessa ação sobre as próprias populações dessas comunidades. As falas dos nossos entrevistados evidenciam essa realidade. Pois, questionada sobre as causas de alterações climáticas, a Senhora S.N. (zona 3 Mansoa-Buba-Cufada) responde:

Eu penso que maior parte da população, quando se fala que a desmatção da floresta aumenta a temperatura, muita gente não acredita nisso. Dizem: nós costumamos cortar matas, isso nunca nos fez mal. Por exemplo quando se fala de Cufada, temos uma tabanca no meio do parque, na área de Cufada. É lençol de Cufada que tem água fria, é o mesmo que nos fornece a água. Se um dia isso parar de acontecer, estaremos em crise de água. Mas muitas pessoas não acreditam nisso, alguns construíram as casas próximo do Parque. As pessoas já lhes falaram sobre as consequências disso mas eles não deram ouvidos. Todos nós estamos a ver as consequências disso, porque a temperatura que estamos hoje a ter em Buba, não acredito se tem noutra parte do país.

Em ralação as matas, eles cortam e não plantam. Caso tenham que plantar é caju. Mas o caju em si é a temperatura, porque ele mata todas árvores debaixo dele.

Na minha opinião, com exceção daqueles que já tinham semeado hortas de caju, nós, os novos pretendentes devemos mudar e diversificar a cultura semeando mango e limão. Porque caju enfraquece o solo. Isso muita gente não aceita acatar, mas vemos isso pouco-a-pouco (S. N., BUBA).

Sobre a mesma questão o Senhor D.A. (zona 2 Cacheu-Varela) diz o seguinte:

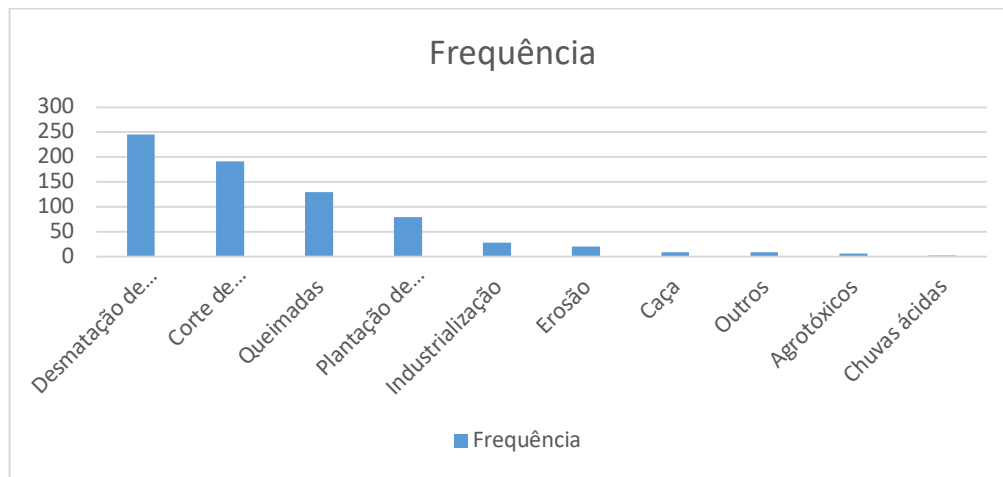
Cacheu está em vias do desenvolvimento sustentável. Já temos um parque que protege a natureza, e quando se é racional, ou quando temos a consciência de que temos de usar os recursos naturais mas pensando no amanhã, isso significa desenvolvimento sustentável... Nós estamos dentro do desenvolvimento sustentável, somos conservadores, estamos na linha de frente dos conservadores da natureza na Guiné-Bissau. Toda a comunidade sabe do desenvolvimento sustentável (D.A., CACHEU).

Relativamente a zona 1 (Caravela, Uno, Uracane, Bubaque e Bolama), embora esteja fora de parques da reserva de Biosfera, a percepção da população sobre o desenvolvimento sustentável e risco de alterações climáticas aparecem implicitamente nas conversas tidas nos grupos focais realizados com associações das mulheres e organizações não-governamentais e nos encontros com os responsáveis da tabanca, por intermédio das suas atividades da agricultura itinerante praticadas através do sistema de pousios longos.

Na perspectiva de nossos entrevistados o desenvolvimento não é nada mais que o bem-estar das populações associado a conjunto de bens, oportunidades e serviços disponíveis na localidade que permita essa população sair de um conjunto de privação, nomeadamente: o bom estado das infraestruturas como estradas, que facilitaria a mobilidade humana e o transporte de diversos produtos para diferentes fins, como se pode perceber nas seguintes falas: "*O Desenvolvimento é quando estamos bem num país*" afirma (P. A.J.S., Cacheu-Varela). Já para entrevistado Senhor E.T. afirma: "Para mim, o desenvolvimento significa ter uma estrada em boa condição que permitirá fazer o escoamento dos nossos produtos[...]". A mesma visão foi compartilhada também por entrevistados S. I.; S. D. e A. B. S. que salientaram que além da estrada, o desenvolvimento remete-se também outras questões, tais como acesso a rede elétrica e centro de saúde.

O gráfico número 6 comprova que as populações inqueridas possuem o conhecimento sobre questões ambientais.

Gráfico 6 Causas de alterações climática



Do total de 606 inqueridos sobre as causas de alteração climática 40.43 % respondeu que as alterações climáticas estão ligadas desmatamento florestal, 31, 68 % a corte de madeira, 21.45 % a queimada e 13.04 % a plantação de Cajueiro, conforme se vê no gráfico acima

3.2. Atividades Económicas Desenvolvidas pelas Comunidades



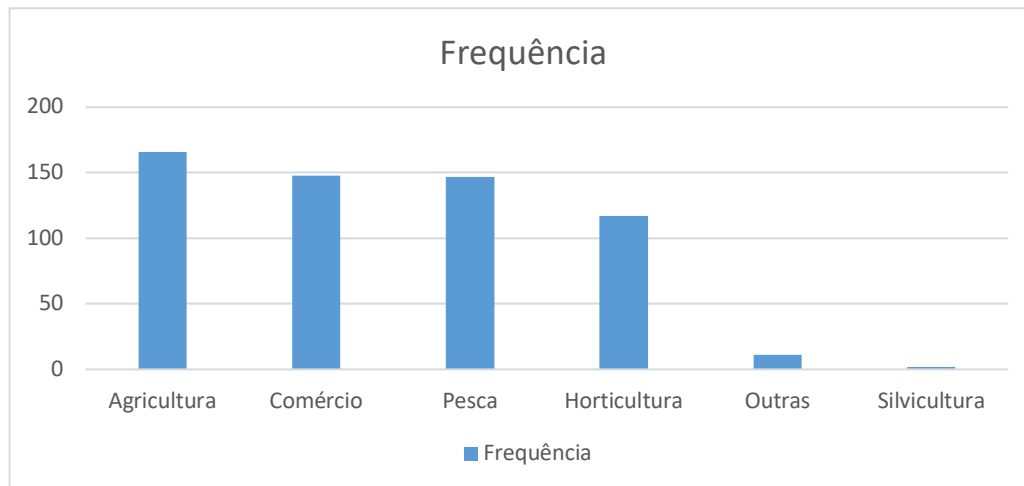
Figura 2 Atividade geradora de rendimento em Bruce

As zonas do estudo caracterizam-se por estarem ligadas a costa, ou seja, são localidades situadas nas imediações do mar e maior parte das atividades desenvolvidas nessas zonas estão ligadas a pesca artesanal, a agricultura, a horticultura, fumagem e transformação do pescado, estas últimas atividades desenvolvidas predominantemente pelas mulheres, com predominância dos pescadores estrangeiros na Zona I.

O estudo demonstra que nas atividades económicas mais destacadas desenvolvidas pelas comunidades inqueridas, o sector de agricultura aparece com maior percentual correspondendo a 27.39 %, seguido do comércio com 24.42 %, pesca com 24.26 % e a horticultura com 19.31 % predominantemente desenvolvida pelas mulheres. Portanto,

outras atividades e silvicultura representam atividades com menor expressão, conforme se observa no gráfico número 7.

Gráfico 7 Atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades



3.3. Projetos e Infraestruturas Sociais Locais

De modo geral, nota-se que nas comunidades inqueridas há uma carência de infraestruturas quase em todos os setores. A falta de furos de água, rede elétrica, más condições das estradas em alguns casos inacessíveis, deterioração das infraestruturas escolares e sanitárias, carência de meios de transportes marítimos para ligação inter-ilhas, constituem grande entrave ao desenvolvimento dessas localidades.

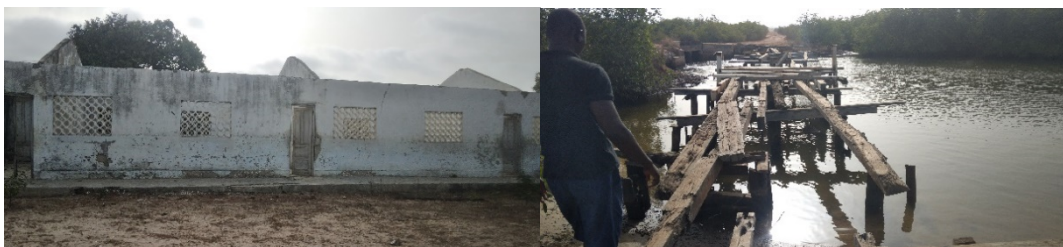


Figura 3 Estrutura atual da Escola em Edjim e ponte do trecho Suzana/Varela

Em termos de apoios necessários a comunidades inqueridas há questões que são comuns e ao mesmo tempo específicas a todas elas, necessárias a serem pontuados em cada zona alvo de futuras intervenções do projeto.

Na zona I (Bolama-Bijagós), os pedidos de apoios recaem mais sobre o setor da pesca, todas as comunidades visitadas mostram uma carência de materiais fundamentais para realização dessa atividade económica vital nas ilhas, pedem canoas de motor e redes de

pesca (kit pesca). Em seguida vem a agricultura e horticultura, onde pedem os motocultivadores, fertilizantes (adubos), sementes, arrames de vedação para hortas, eletrobombas, assistência técnica no domínio da horticultura, entre outras.

A solicitação da assistência técnica em horticultura justifica-se na medida que a referida atividade não é habitual das ilhas, ou seja, a horticultura não faz parte da atividade tradicional do povo bijagós, está a ser introduzida a poucos anos sob impulso das organizações de desenvolvimento, não obstante alguns exemplos bem-sucedidos em algumas ilhas, falta, conhecimentos de plantio, de produção de sementeiras e precisam de apoios para controlar pragas.

Quando se coloca esta questão, em todas as comunidades visitadas a resposta vai na direção dos recursos hídricos que garantam o fornecimento de água potável para o consumo e como para irrigação das culturas hortícolas e transportes, como alternativa para reduzir o problema ligado ao escoamento de produtos, neste caso canoa de motor e moto- carros.

A construção de rampas e diques de cintura são duas infraestruturas apontadas pela comunidade como fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Bubaque é única ilha que tem rampa em condição aceitável, as ilhas de Caravela, Uno, Uracan, precisam de uma intervenção para a construção de rampas, já a cidade de Bolama além de necessidade apresentada para a reabilitação da rampa de porto de praça, ficou patente que a construção do porto de Bolama de baixo é uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável da cidade e de toda a região, na medida em que irá permitir uma ligação entre ilhas e o continente, como afirma um dos entrevistados:

“ Bolama de baixo é mais perto de Bissau, a viagem pode durar uma hora enquanto se sair de porto de praça a viagem para Bissau pode durar até quatro horas” (N.C, BOLAMA)

De acordo com os nossos entrevistados, a maioria das atividades económicas, tais como a agricultura, horticultura e criação de animais são desenvolvidas perto de Bolama de baixo, constituindo mais uma razão para a construção desse porto. Realçam ainda que a construção do referido porto vai atrair o desenvolvimento turístico e a consequente geração de emprego para os jovens:

“As melhores praias de Bolama ficam em Bolama de baixo, se existir o porto vão aparecer os hotéis e os filhos de Bolama vão ter empregos nesses hotéis, teremos transportes, táxis e candongas, fábrica de gelo, Bolama vai desenvolver a partir de construção do porto de Bolama de baixo” (L. S., BOLAMA).

A tabanca de Ancadjedje e Bruce, na ilha de Bubaque, apresentaram uma necessidade de construção de rampa e estradas (asfaltada ou de terra batida) para garantir o escoamento dos seus produtos sendo esta uma localidade forte em extração de óleo de palma que depois é levada para Bubaque e Bissau e fornecimento de peixe a cidade de Bubaque.

A construção de diques de cintura é uma necessidade apresentada na ilha de Uno em várias tabancas para a proteção da área de cultivo da entrada de água salgada e de animais que estragam os cultivos.

Na zona II (Varela-Cacheu), segundo os nossos interlocutores, em algumas localidades foram implementados alguns projetos de apoio às comunidades, dentre os quais alguns governamentais, que investiram em Suzana na eletrificação das ruas com candeeiros incorporados com painéis solares. O resto das ações foram desenvolvidas pelas ONGs, pessoas de boa vontade e o próprio esforço da comunidade local que, em Suzana e Djufunco, construíram escola para ampliar as infraestruturas do acesso a educação das crianças.

As organizações não-governamentais tiveram um papel fulcral no desenvolvimento e atendimento das necessidades da população, como o caso do Plan Internacional que desenvolveu um projeto nas áreas de educação, pesca, pequenos negócios: *"O Plan também trabalhou muito cá, os da PLAN sei que tocaram muitos sectores desde Bideras até os pescadores, eles fizeram muita coisa"* (A.P.V, VARELA).

PLAN Internacional construiu escolas, apoiou as mulheres horticultoras para poderem melhorar os poços, porque essas comunidades deparam-se com graves problemas de acesso a água para o consumo e para a satisfação das outras necessidades como a rega das hortaliças. Os pescadores receberam apoios significativos da PLAN internacional com acesso a motor de grande cavalo, e aquisição de uma Canoa que permita resgatar os marinheiros em situação de perigo, mas também essa canoa é utilizada para a realização conjunta de trabalhos de fiscalização pela Brigada Costeira.

A organização não-governamental Ação para o Desenvolvimento-AD realizou importante trabalho de apoio as comunidades sobretudo em Cacheu e Varela. A construção de memorial de escravatura e os trabalhos de valorização do património históricos de Cacheu permitiu projetar a respetiva região no centro das atenções a nível internacional. Um outro projeto que também teve impacto, mas com um ciclo de vida curto, foi o projeto AFAJOC, que tinha sido instituído para criar infraestruturas como fábricas de gelo com vista a poder apoiar pescadores.

A ONG VIDA tem contribuído de forma significativa no apoio a comunidade de Suzana com o apoio em medicamentos para suprir as necessidades da população carenciada, uma vez que, o centro de saúde às vezes se depara com rutura de estoques, ou simplesmente não tem medicamentos e nem profissionais de saúde, pois a farmácia que existia na missão católica deixou de funcionar.

Em relação aos setores de atividades em que a população necessita mais de apoio a maioria dos nossos interlocutores apontam o setor de pesca como a área que necessita mais de apoio. A região de Cacheu sobretudo o setor de Cacheu, a secção de Suzana e as tabancas inqueridas, a maioria da população vive e sobrevive das atividades de pesca artesanal e comercio do pescado a par das atividades de horticultura. Os apoios requeridos centram-se em criação de postos de combustíveis, visto que uns dos grandes problemas dessas localidades têm a ver com a dificuldade de acesso a combustível por conta do isolamento e más condições das estradas. Outras necessidades envolvem as questões como as estruturas de conservação dos pescados, nomeadamente, fábrica de gelo e forno de fumagem do pescado.

O nosso grande problema é de não termos nem combustível e nem gelo cá, é o nosso grande problema, temos muito peixe mas não podemos pescar porque não temos comprador, temos Djafal mas as mulheres não gostam de fumar Djafal e são as pessoas de Guine Conacri é que sabem fazer isso, fazem Bonga, mas as nossas Bideiras só sabem fumar Bagre e mesmo tendo uma Canoa cheia de Djafal vai ficar aqui e esse é o problema porque se temos gelo cá podemos conservar e vender nas outras localidades (A.P.V, VARELA).

A falta de frigorífico ou fábrica de gelo tem um impacto significativo no rendimento das atividades de pesca mas também na conservação da natureza porquanto a única forma de manter conservado o pescado é através de fumagem o que tem impacto direto na pressão sobre o ambiente sobretudo a corte de árvores para a fumagem do pescado.

A necessidade de fábrica de gelo/frigorífico e postos de combustível é transversal a todas as localidades inqueridas, além das necessidades da comunidade a nível de infraestruturas e a reabilitação das estradas que estão em péssimas condições, esta situação acaba por enfraquecer as atividades económicas dessas zonas, porquanto a maior parte da produção local não tem canal de escoamento e conseqüentemente diminui a capacidade de produção e rendimento das famílias agravando a situação de vulnerabilidade e pobreza das populações das zonas costeiras.

As mulheres trabalham maioritariamente nas atividades de fumagem de pescado, no comércio de peixe e na horticultura que, segundo, alguns entrevistados constituem uma das fontes de renda para as famílias nessas localidades. Em Djufunco, Edgim e Catão pode-se observar grandes cinturões de produção de tomates com capacidade para abastecer não só a região de Cacheu, mas também o país e, as dificuldades de transporte, por causa das inexistências das estradas, acabam por limitar a produção destas hortaliças. As mulheres precisam do apoio para as suas produções, nomeadamente, a construção de fontes.

Na zona III (Mansoa-Buba-Cufada), a cidade de Buba que alberga maior parte de projetos e as organizações de desenvolvimento que intervêm na Região de Quinara, é vista pela comunidade local como setor que beneficia menos de resultados dos projetos instalados neste setor.

Em termos de infraestruturas, a cidade de Buba é vista como setor com mais Infraestruturas socioeconómica em toda a região, com agência de banco BAO instalada, um edifício de serviços de providência social, um hospital setorial, um liceu setorial, uma escola de formação do nível médio-superior, estruturas e serviços hoteleiros, serviços administrativos governamentais e não-governamentais.

Não obstante esta vantagem, maior parte de projetos desenvolvem as suas atividades fora da cidade de Buba, como o caso do projeto PADES, Effetive intervention.

Vários projetos de desenvolvimento tiveram uma intervenção positiva na cidade de Buba deixando boas recordações segundo a população local. Projetos da UICN desenvolveram atividades virada a formação e capacitação das associações das mulheres, tendo financiado a construção de um centro de transformação e conservação do pescado, formação em técnicas de produção de sal solar e financiamento de projetos de microprojectos.

DIVUTEC, RA e UE-Ativa, foram outras organizações mencionadas como as que deixaram sinais positivos das suas intervenções na cidade de Buba e nas comunidades arredores.

Entretanto, os problemas identificados relativos as carências de infraestruturas socioeconómicas confundem-se com as reais necessidades apresentadas pelas populações das áreas que compõem o universo deste inquérito. Outros problemas queixados pelas restantes comunidades da zona III centram-se nas péssimas condições de estradas, degradação e abandono da cidade e ausência de projetos de desenvolvimento. As comunidades locais apontam como necessidades prioritárias o apoio no domínio de agricultura em bafons, recuperação das bolanhas, máquinas agrícolas, hospitais e centros de saúde, redes elétricas, água potável, horticultura e microcrédito, fábrica de gelo e conservação de pescados, e armazéns para stockagem e conservação de produtos de locais.

A tabela que se segue representa as necessidades globais requeridas pelas comunidades em função das carências apontadas pelas mesmas.

Tabela 1 Necessidades prioritárias apresentadas pelas comunidades locais

Valor	Frequência	Percentagem
Compra de máquinas agrícolas	332	54.79
Microcréditos	280	46.2
Recuperação de bolanhas	244	40.26
Apoiar as associações	184	30.36
Construção de Rampas	147	24.26
Formação em áreas específicas	132	21.78
Outras	116	19.14
Construções de cais	83	13.7

No conjunto das necessidades apresentadas pelas comunidades locais, a questão de Compras de máquinas agrícolas aparece com 54,79%, seguindo de Microcréditos com 46,2%, Recuperação de bolanhas com 40,26%, Apoio as Associações com 30,36%,

Construção de Rampas com 24,26%, Formação em áreas específicas com 21,78%, Outras atividades com 19,14% e Construções de cais com 13,7%.



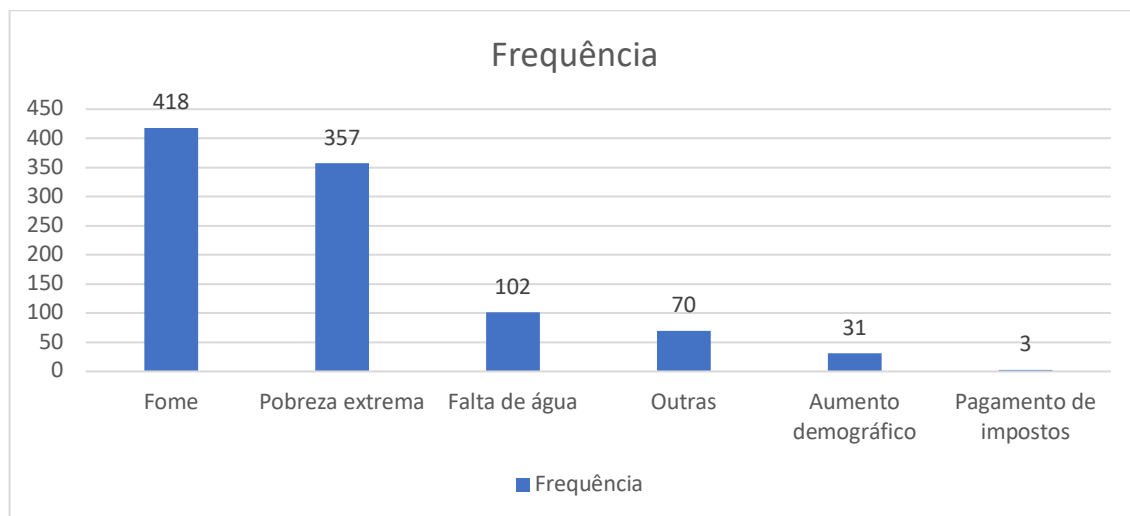
Figura 4 Estado atual de bolanha em Djufunco e rampa de cais em Bolama

3.4. Ameaças e Conflitos locais à conservação da Natureza

A pressão que se tem verificado sobre a natureza nas zonas estudadas tem vindo a reforçar as ameaças sobre as zonas de conservação e áreas limítrofes, e a traduzir-se em conflitos que opõem as populações entre si, e com as estruturas do Estado e as ONGs que atuam nessas localidades no domínio da conservação.

Conforme o levantamento feito em todas as zonas que compõem o universo do inquérito, constatou-se que as principais ameaças à conservação da natureza ambiental, se deve a um conjunto de fatores simultaneamente determinantes, que não podem ser entendidas e/ou resolvidas isoladamente, conforme ilustrados no gráfico que se segue:

Gráfico 8 Ameaças à conservação da natureza

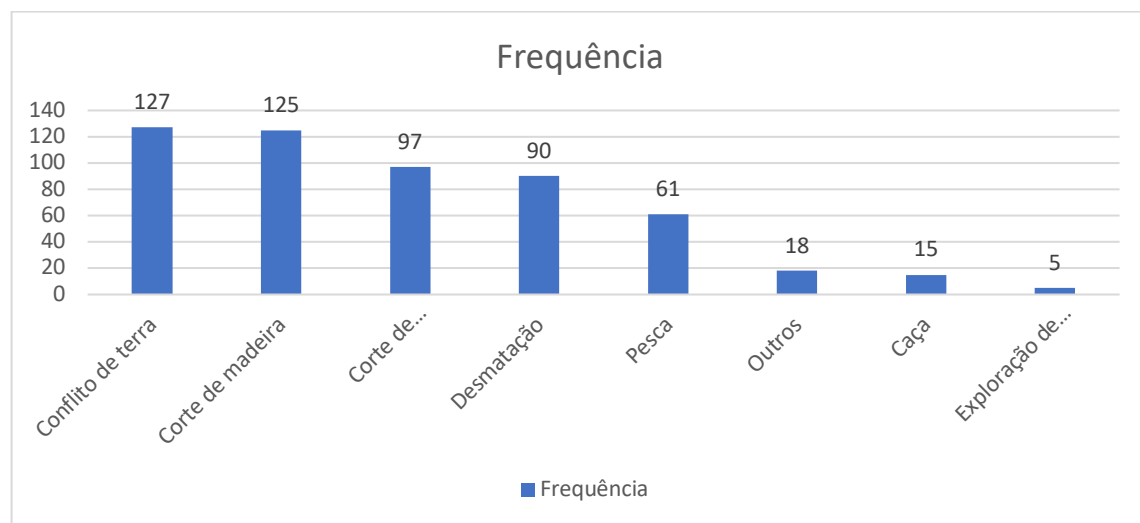


Dentre as ameaças apontadas pelas comunidades, a fome aparece com o maior percentual, correspondendo à 68,98%, seguido da pobreza extrema com 58,91%, falta de água com 16,83%, outros fatores com 11,55%, aumento demográfico com 5,12% e pagamento de imposto com 0,5%.

Os dados parecem apontar que a preocupação com a satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares, sobretudo em mantimentos para alimentação das famílias constitui a prioridade. Seguido das necessidades vitais relacionadas com acesso de outros bens essenciais que lhes proporcionem o bem-estar familiar e social.

Por outro lado, o estudo constatou que os fatores que têm contribuído para o aumento e permanência de conflitos à conservação da natureza se devem às questões, como Conflito de terra, corte de madeira, corte de palmeira/cibe, Desmatação, Pesca, Caça, Outros, Exploração de minérios e Outros, conforme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 9 Conflitos mais frequentes à conservação da natureza



Os dados demonstram que a luta pelo espaço vital, sobretudo para abertura das hortas de caju e outras plantações exacerbam mais os conflitos de terras nas comunidades estudadas. Por outro lado, a corte desenfreada de madeira, palmeira/cibe e mangrove foi identificada como uma prática promovida pelos cidadãos nacionais com a colaboração e forte influência de cidadãos estrangeiros, condicionada pelo aumento da demanda para o abastecimento das oficinas de carpintaria e tráfico ilícito da madeira, maior procura de cibes para construção das casas, agricultura de *m'pam-pam*, fumagem de pescado, comércio e outros, aparecem como fatores que também tornam as relações entre as populações e as autoridades de conservação da natureza, mais propensas aos conflitos.

3.5. Atuais formas de gestão participativa para proteção da natureza

No âmbito dos princípios fundamentais e estruturantes da política nacional do ambiente a “Participação” afigura-se como necessária e imprescindível para articulação das necessidades globais, regionais e locais de conservação da natureza e biodiversidade com o imperativo de existência e sobrevivência da população local assim como a salvaguarda dos seus interesses.

O modelo de conservação que a Guiné-Bissau adotou requer que, as populações mantenham nos perímetros das áreas de conservação e que essa conservação promova o desenvolvimento sustentável dessas comunidades através de promoção de infraestruturas, equipamentos e atividades alternativas que garantam a sobrevivência sem utilização irracional e descontrolada dos recursos objeto de conservação. A participação está prevista no *artigo 5º alínea g)* da *Lei de Bases do Ambiente, Lei nº 1/2011, de 02 de Março*, formulando que, *“as pessoas singulares e coletivas devem intervir na formulação e execução das políticas do ambiente e desenvolvimento durável. Incumbe ao estado promover e assegurar a participação de todos inclusive, os parceiros sociais no processo de tomada de decisão”*.

A nível das estruturas da conservação do ambiente tem-se criado, em todas as zonas da conservação, instâncias para as populações poderem participar na tomada de decisão que lhes digam respeito e dessas decisões comprometerem, na fase de execução das políticas ambientais, todos os atores envolvidos. Embora as populações queixam-se de falta de uma política de inclusão de seus membros nessas instâncias decisórias.

O IBAP adotou modelo de participação através dos Conselhos de Gestão das Áreas Protegidas. Entretanto, percebe-se que muitos projetos, de outras naturezas, têm dificuldades não só de auscultar as populações como de os implicar no desenho e implementação das ações dos projetos nas comunidades. Muitos atores testemunharam que veem os projetos a serem implementados e não são testemunhados sobre as necessidades da sua execução assim como os benefícios que podem advir desses projetos para a comunidade.

Constatou-se que modelos de gestão que se diz participativa não obedecem a um padrão uniforme de “negociação” entendida aqui como a necessidade de articular as opiniões e os interesses da comunidade com a ideologia dos promotores dos projetos nas

comunidades inquiridas. Mas sim, cada projeto chama um determinado segmento da população ou cria as suas estruturas de gestão, o que coloca muita das vezes em risco a própria implementação dos projetos sobretudo quando se cria expectativas de benefício para os participantes nessas estruturas. Mas também, muitos projetos, segundo testemunharam os nossos interlocutores, não auscultam a população o que, em certas situações, acaba por provocar falta de interesse da população ao nível da manutenção e conservação das estruturas criadas por estas Organizações. As vezes ocorrem situações em que alguns, na fase de conceção de projetos, auscultam as comunidades locais, mas na fase de implementação de projetos são excluídas as reais aspirações das comunidades auscultadas.

3.6. Expetativas para uma Gestão Participativa e Sustentável

As preocupações das populações sobre a criação de comités de gestão variam em função do contexto e a realidade das comunidades, segundo a compreensão que a equipa de investigadores chegou através de observação e auscultação feita no decorrer do inquérito.

Na opinião da comunidade da zona I, foi privilegiado a necessidade de haver reuniões frequentes entre os beneficiários e os responsáveis e gestores de projetos para discussão das questões relacionadas à gestão e andamento de projetos. Caso os projetos sejam de construção de infraestruturas nas comunidades, os membros das mesmas devem fazer parte como trabalhadores e fiscalizadores. Em Bubaque, concretamente na tabanca de Bruce, a população deu exemplo da construção da escola que ficou deteriorado em pouco tempo porque não houve uma fiscalização séria, fato que podia ser evitado ou minimizado com a integração dos membros da comunidade. Debruçando sobre essa matéria um dos participantes de grupo-focal disse:

“ Vocês viram a escola como está a deteriorar-se? Só as pessoas de fora trabalharam na construção daquela escola, nenhum de nós estava lá, sabemos que eles utilizaram um cimento muito fraco quando se devia usar dose a mais recomendado, se nós estivéssemos lá não íamos permitir isso” (Grupo Focal em Bruce)

Ainda segundo os participantes de grupos-focais realizados em todas as comunidades, percebe-se que chefes de tabancas, Régulos são figuras indispensáveis para integração no comité de gestão, devidas as suas influências e legitimidade de que gozam em termos de autoridade. Igualmente, foi consensual que os/as presidentes das associações das

tabancas, presidentes das associações das mulheres e representantes da juventude, representam figuras importantes a comporem os comités de gestão comunitárias.

Na zona II, durante as entrevistas, quando foi colocada a questão das entidades ou atores locais que poderiam ser envolvidos nos Comitês de Gestão dos projetos para garantir a sua sustentabilidade, os entrevistados falaram da necessidade de envolver as estruturas de poder formal (autoridades administrativas), instâncias tradicional do poder e outros atores que, pela influência que detém na comunidade, oferecem maior capacidade de mobilização da população para os assuntos da comunidade, como Régulos, Chefes de Tabancas, Comitês (este ultimo, apesar de não existir formalmente nas estruturas atuais do poder administrativo local do estado, continua a ser reconhecido pelas populações a par de outros poderes, sobretudo nas zonas em que o poder do régulo e das microestruturas de instancias do poder tradicional ainda se fazem sentir em detrimento do poder estatal).

Adicionalmente, aponta-se a juventude local, ou seja, os representantes das associações juvenis das diferentes localidades como personalidades que devem fazer parte dos Comitês de Gestão porque a maioria dessas pessoas tem um nível de escolaridade aceitável e participam em diferentes atividades, tanto as que são promovidas por eles quanto das dos projetos de desenvolvimento. Os membros dessas organizações juvenis receberam formação em vários domínios, que reforça as suas capacidades de intervenção junto das comunidades e dos promotores dos projetos.

A prioridade para integração de jovens nos Comitês de gestão deve-se ao fato, no entendimento das comunidades de que muitos dos chefes/responsáveis comunitários não terem grandes domínios da língua crioula e portuguesa.

Ainda segundo a população, a par dessas figuras já mencionadas, existem pessoas com um grau de influência e atributos apreciáveis no seio das comunidades, mas fora das estruturas de poder referenciadas foram apontados como sendo pessoas que podem ser chamados para comporem os futuros Comitês de gestão dos projetos nas comunidades.

Na zona III, concretamente na cidade de Buba as expetativas das populações em relação a criação do Comité de gestão vão no sentido de afastá-la de qualquer possibilidade de politização, como observou um dos entrevistados:

As pessoas que devem fazer parte do Comité de gestão devem ser isentas de várias coisas. Existem pessoas que devemos evitar de incluir nesses Comitês,

por exemplo políticos. Porque se incluirmos os políticos, se eles forem do partido A, e eu for do partido B, significa que não estarei por dentro. Por isso, eu digo que a primeira coisa é despolitizar a questão. Os responsáveis para estas questões devem entrar nos bairros para que sejam indicados as pessoas. No grupo de jovens deve-se escolher 5 pessoas, mulheres grandes 5 pessoas e homens grandes também 5 pessoas, é simplesmente um exemplo. É a comunidades que deve indicar as pessoas e não o contrário. Porque os membros da comunidade conhecem-se melhor. Sabem quem pode defender melhor os interesses da comunidade e quem não pode. (M.C., BUBA).

No sector de *Fulacunda*, há uma certa particularidade cultural que é necessário levar em conta, visto que nas sociedades desta comunidade maioritariamente Biafada, os *Djagras* gozam de grande prestígio político e social, por serem considerados como os *dumus di tchon* (os donos da terra). Por exemplo, a resolução de qualquer assunto nas comunidades predominantemente povoado pelos Biafadas, para que seja bem-sucedido, no sentido duma resolução pacífica, sem deixar sequelas que instiguem reaparecimento de novos problemas no futuro tem que envolver *Djagras*, chefe de tabanca e Imame. Nesse sentido, é fundamental criar um Comité de gestão que integre os *Djagras*, régulos, Imames e líderes de opinião e alguns responsáveis de jovens mais influentes, segundo o entendimento da população local.

Em *Tira Camissa* a recomendação deixada pela população é de que Comité de gestão deve ser encarregue às pessoas de comunidade que tem nível de instrução escolar e que estarão na altura de resolver os problemas comunitários.

Em *Ndjassan Balanta* a aspiração da comunidade não ficou clara, talvez isso tenha a ver com a sua forma comunitária de organização social e política na resolução de problemas de tabanca. Entretanto, pensa-se que esta matéria deve ser bem analisada junto da população na hora de criação do Comité de gestão, obedecendo seus usos e costumes.

Nas outras comunidades visitadas como Gã *Turé*, Cabudu, *Cacine* e *Mansoa* (Urbano-Rural) a população recomenda que os projetos integrem a equipa de Comité de gestão começando por *Imame*, *chefe de tabanca*, *comité* e *régulo*, administração local, delegacia de pesca, representante de associação de pescadores e associação de mulheres transformadoras.

3.7. Causas de fracasso dos projetos de desenvolvimento comunitário

De acordo com as testemunhas das populações, as filosofias de intervenção que tem sido utilizada na elaboração e implementação de projetos comunitários têm sempre negligenciado as realidades e as próprias populações locais.

Historicamente, as zonas estudadas beneficiaram ao longo do tempo de projetos e programas de desenvolvimento implementados pelas ONGs locais e internacionais. No entanto, a população queixa-se de nunca ter tido um papel ativo na gestão desses projetos. Análise aturada feita pela equipa de investigadores aponta que a falta de envolvimento dos membros das comunidades em todas as etapas do desenvolvimento de projetos leva a que os mesmos não tenham resultados satisfatórios. Pois não adoção de metodologias participativas e inclusivas nas estratégias de conceção, elaboração e implementação de projetos tem estado na origem de fracasso de muitos projetos de desenvolvimento, na medida em que, por um lado, os resultados não refletem as espiorações das comunidades, e por outro lado, não tem havido a sustentabilidade dos mesmos, por conta da falta de apropriação pelas populações.

Alguns estudos recomendam que ao trabalhar com metodologias participativas é imprescindível que o foco das ações esteja nas pessoas e nas suas relações sociais. Quer dizer, de acordo com (KUMMER, 2007), “é extremamente relevante a valorização de saber local, experiência e valores acumulados ao longo do processo”.

A questão da exclusão das populações nas conceções e execuções de projetos de desenvolvimento comunitário verifica-se em maior parte das comunidades estudadas. Não obstante, existem comunidades que testemunharam o seu envolvimento nas conceções e execuções em alguns projetos.

Em alguns casos, as comunidades admitem que houve projetos que antes de terem executado suas ações, expuseram seus objetivos em reuniões com as mesmas comunidades e tomaram notas das suas necessidades. Embora tudo permaneça como promessas que a população aguarda com muita esperança suas concretizações, como bem explicou E.T:

[...] há bem pouco tempo tivemos um encontro com uma entidade de apoio ao desenvolvimento, onde solicitamos uma piroga para amenizar o sofrimento relativo aos naufrágios que tem ocorrido durante as travessias, da população

dessa comunidade, no mar. Ainda estamos à espera de resposta. Temos a fé de que a resposta vai ser dada na hora certa. (E. T., GÃ TURÉ).

Houve casos em que as populações reclamaram a imposição de alguns projetos por Organizações que em dados momentos chegaram com agendas prontas sem que previamente tenham ouvido as opiniões das comunidades, como explicou um dos intervenientes do Grupo Focal em *Cacine*:

[...] há projeto que veio aqui e que manteve um encontro com a comunidade de pescadores pretendendo apoiar-lhes com instrumentos de pesca. Depois desse encontro que manteve com comunidade, na hora de fazer as compras de materiais os pescadores não foram chamados. Como resultado, compraram redes que nem se quer eram apropriados para atividade de pesca nessa área. [...]. (M.L., GRUPO FOCAL, CACINE).

Entretanto, compreende-se que na perspectiva das populações a falta de seguimento e avaliação têm sido motivos fortes que originam a degradação lenta de várias infraestruturas e consequentemente o fracasso de muitos projetos.

4. Conclusões

Nas três últimas décadas tem-se aumentado na Guiné-Bissau, a pressão desenfreada sobre a exploração de recursos da natureza, que próprias Estruturas de Estado e outras organizações vocacionadas para vigilância e preservação não têm conseguido dar conta do nível avançado da referida pressão e agressão.

Os resultados demonstram que as pessoas têm conhecimentos e informações, cada qual ao seu nível, sobre as condições básicas necessárias ao desenvolvimento e fatores resultantes da ação humana que aceleram as alterações climáticas colocando em perigo as suas próprias vidas. Portanto, a agressão irracional à natureza que tem vindo a acontecer nas áreas reservadas e suas localidades limítrofes, não pode ser associada ao desconhecimento por parte das populações locais de fatores da ação humana aceleradores de alterações climáticas.

Os dados apontam prioritariamente, que a preocupação com a satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares, sobretudo em mantimentos para alimentação das suas famílias, seguido das necessidades vitais relacionadas com acesso de outros bens essenciais que lhes proporcionem o bem-estar familiar e social tem aumentado a possibilidade de agressão e uso irracional da natureza por parte das populações.

Constatou-se também que conflito de terra, corte de madeira, corte de palmeira/cibe, desmatção, pesca, caça, exploração de minérios e Outros, exacerbaram nos últimos anos a permanência de conflitos à conservação da natureza.

A infraestruturação das localidades estudadas, construção e reabilitação das escolas, centros de saúde, estradas, bolanhas, abertura de fontenários, em alguns casos realizar estudos de prospeção para detecção e captação de água apropriada para consumo, criação e construção de espaços para atividades de horticultura, apoio em sementes para agriculturas e horticultura, construção de rampas, criação de meios de transportes para ligação entre ilhas, instalação de fábricas de gelo e postos de abastecimentos de combustíveis, construção de armazéns de estocagem de produtos e adoção de metodologias participativas e inclusivas nas estratégias de conceção, elaboração e implementação de projetos são evocadas como condições necessárias para evitar os fracassos e mitigar a pressão sobre a natureza.

5. Recomendações

Recomenda-se:

- Adotar metodologias participativas de intervenção na conceção e execução de projetos;
- Apoiar na construção e reabilitação de furos de água em todas as zonas estudadas;
- Realizar estudos de prospeção para detecção e captação de água apropriada para consumo (zona II-*Djufunco*, zona III-*Cussana di padja*);
- Recuperar bolanhas, e fornecer motocultivadores e outras maquinarias agrícolas aos agricultores;
- Fornecer máquinas de descasque de arroz e de produção de óleo de palma;
- Incentivar e apoiar a prática de horticultura em todas as zonas do estudo;
- Fornecer assistência técnica aos horticultores, abrangendo não só os futuros beneficiários do projeto COASTAL, como também a todas horticultoras que atuam nas zonas de intervenção do projeto;
- Assistência técnica para elaboração de metodologias participativas de ação, tendo em conta as especificidades de cada zona de intervenção;
- Apoiar na construção de sistemas modernos de irrigação;
- Apoiar a vedação das hortas e a prevenção e controle de pragas, criando um mecanismo de alerta precoce que visa fortalecer não só os trabalhos de prevenção, mas sobretudo reforçar a capacidade existente no domínio de combate às pragas;
- Apoiar na alfabetização das mulheres e capacitá-las em matéria de género e empoderamento nas zonas rurais;
- Capacitar as horticultoras em gestão de negócios;
- Apoiar na construção de rampa em Bolama e Cacheu;

- Apoiar o estudo de viabilidade e construção do porto de Bolama de Baixo;
- Fornecer moto carros para mitigar a falta de transporte de pessoas e cargas em todas zonas da intervenção do projeto;
- Melhor as vias de acesso na ilha de Uno e Caravela;
- Fornecer canoas a motor (pirogas) para facilitar o transporte e escoamento de produtos das populações de zonas insulares;
- Reforçar as atividades de sensibilização das comunidades nos domínios de conservação da natureza e os efeitos das alterações climáticas nas zonas costeiras;
- Instalar fábricas de gelo para permitir os pescadores poderem conservar o pescado e reduzir a pressão sobre o ambiente;
- Apoiar na construção e reabilitação de estradas e redes elétricas;
- Apoiar a criação de um posto de combustível que permita o acesso a combustível não só para os pescadores mas também para os agentes de fiscalização marítima;
- Apoiar em projetos de microcrédito;
- Apoiar iniciativas locais que garantam a sustentabilidade de projetos;
- Construir escolas, centros de saúde em localidades onde não existem infraestruturas desse tipo;
- Criar comités de gestão mais inclusivos em que tanto as autoridades tradicionais, organizações de sociedade civil e as pessoas influentes na comunidade possam fazer parte.

7. Referências

MOTA, M. Introdução ao Desenvolvimento Economico e Social. Lisboa: ASA, 2001

BIAI, J. Missão, Visão, Desafios, Dificuldades e Perspetivas. Bissau, GB. IBAP. 2021.

BIAI, I. A. R. F. Efeitos das Alterações climáticas na Zona Costeira Noroeste da Guiné-Bissau. Disponível em: http://www.civil.ist.utl.pt/shrha-gdambiente/DM_IB.pdf. Acesso em 16 de junho de 2022.

MAPLECROFT, Atlas de Mudanças Climáticas e Riscos Ambientais. Disponível em: <https://www.maplecroft.com/insights/analysis/global-economic-output-forecast-faces-high-or-extreme-climate-change-risks-by-2025/>. Acesso em 16 de junho de 2022.

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Bruntland). Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas 1987/1991.